



RELATÓRIO DE ATIVIDADE DO MUNICÍPIO

2016



ÍNDICE

	Pág.
RELATÓRIO DE ATIVIDADE DO MUNICÍPIO	3
I - INTRODUÇÃO	4
II- EXECUÇÃO DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS	6
1. - Previsão e Execução da Receita e Despesa	6
1.1 - Receita	6
1.2 - Despesa	9
1.3 - Saldo Orçamental e Saldo da Gerência	12
2. - Evolução da Receita e Despesa	12
2.1 - Receita	12
2.2 - Despesa	13
3. - Relação entre as Receitas e as Despesas	14
4. - Dívida do Município	16
4.1 - Evolução das Dívidas a Curto e a Médio e Longo Prazos	16
4.2 - Endividamento	17
5. - Indicadores Gerais de Atividade	20
6. - Grandes Opções do Plano	21
6.1 - Funções Gerais	23
6.2 - Funções Sociais	24
6.3 - Funções Económicas	28
6.4 - Outras Funções	29
III - BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	32
1. - Balanço	32
2. - Demonstração de Resultados por Natureza	36
3. - Indicadores da situação Económico-financeira	39
IV - APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	41
V - CONTABILIDADE DE CUSTOS	42
1. - Enquadramento e Modelo Conceptual Adotado	42
2. - Apresentação de Resultados	45
2.1 - Total de Custos por Grupo de Centro de Custos	45
2.2 - Total de Custos por Grupo - Detalhe	46
2.3 - Total de Custos por Função	50



RELATÓRIO DE ATIVIDADE DO MUNICÍPIO

I - INTRODUÇÃO

O regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, prevê um conjunto de princípios fundamentais que pretendem assegurar uma efetiva coordenação entre a administração central e local no plano financeiro e contribuir para o controlo orçamental e para a prevenção de situações de instabilidade e desequilíbrio financeiro.

Os documentos de prestação de contas, sendo fundamentais para o controlo e gestão das autarquias locais, devem traduzir fielmente a execução orçamental, patrimonial e económica dos documentos inicialmente aprovados, designadamente os previsionais, que consubstanciam os fundamentos para o desenvolvimento da atividade municipal.

Constituindo estes documentos um importante instrumento de apoio à gestão municipal, pretende-se que os mesmos possam traduzir e visualizar as informações, através de mapas, gráficos e demais indicadores de análise apresentados, aquela que foi a atividade desenvolvida pelo Executivo, no quadro das suas atribuições e competências.

Os referidos documentos encontram-se elaborados de acordo com as normas estabelecidas no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54.º-A/99, de 22 de Fevereiro e apresentados conforme estabelece a Resolução do Tribunal de Contas n.º 4/2001 - 2.ª Secção, que aprovou as *Instruções para a organização e documentação das contas das autarquias locais e entidades equiparadas abrangidas pelo POCAL*, publicada no Diário da República n.º 191 - II Série, de 18 de Agosto de 2001.

O Relatório de Gestão e os Documentos de Prestação de Contas relativos ao ano financeiro de 2016, refletem a atividade municipal desenvolvida, os recursos humanos e a situação económica e financeira do Município de Santa Marta de Penaguião.

Assim, de acordo com o disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 35.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, submete-se à aprovação do Executivo os **Documentos de Prestação de Contas e Relatório de Gestão** relativos ao ano financeiro de 2016, de harmonia com o estipulado na alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º, do mesmo Anexo.

Nos termos da alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º em conjugação com o n.º 2 do artigo 27.º do anexo da referida Lei e com o n.º 1 do artigo 76.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, os Documentos de Prestação de Contas, são apreciados e votados pela Assembleia Municipal, devendo ser enviados ao Tribunal de Contas até 30 de Abril, de acordo com o



determinado no n.º 4 do artigo 52.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto, alterada pelas Lei n.º 87-B/98, de 31 de Dezembro, 1/2001, de 4 de Janeiro, 55-B/2004, de 30 de Dezembro, 48/2006, de 29 de Agosto, 35/2007, de 13 de Agosto, 3-B/2010, de 28 de Abril, 61/2011, de 7 de Dezembro, 2/2012, de 6 de Janeiro e 20/2015, de 9 de Março.

II- EXECUÇÃO DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS

1. - PREVISÃO E EXECUÇÃO DA RECEITA E DESPESA

Neste capítulo pretende-se proceder a uma breve síntese dos elementos relativos à execução orçamental e patrimonial de 2016, nomeadamente no que se refere ao comportamento e evolução do último quadriénio.

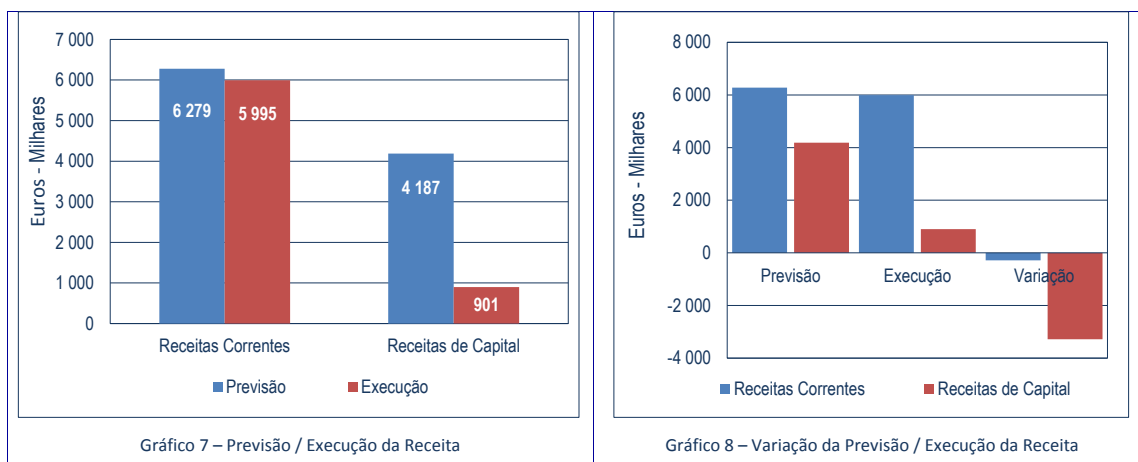
1.1. – RECEITA

O total geral da receita arrecada pelo Município, apresenta o montante de 6 896 678,33€, representando 66% da execução global relativamente à previsão, que incluindo o saldo da gerência anterior no valor de 154 540,37€, totaliza 7 051 218,70€. As receitas correntes atingiram o montante de 5 995 459,32€ a que corresponde 95,48% da sua previsão, enquanto as receitas de capital atingiram o montante de 901 219,01€, correspondendo a cerca de 22% do seu valor inicialmente previsto. A reduzida execução das receitas de capital deve-se ao facto de não ter sido recebida a importância de cerca de 3,4 milhões de euros, no âmbito novo quadro comunitário de apoio, Portugal 2020, que aquando da elaboração dos documentos previsionais se perspectivava a garantia, por parte da administração central, da disponibilização desses fundos, o que na realidade não veio a acontecer. A concretizar-se essa transferência para financiamento de investimentos previstos no âmbito do “Portugal 2020”, a execução orçamental global (receitas correntes e de capital) atingiria uma taxa de cerca de 98%.

Descrição	Previsão	Execução	Variação	% Execução
Receitas Correntes	6 279 375	5 995 459	-283 915	95%
Receitas de Capital	4 186 777	901 219	-3 285 558	22%
Total	10 466 152	6 896 678	-3 569 473	66%

Quadro 8 – Receita

--	--



Por outro lado, para a variação da cobrança de cerca de menos 284 mil euros de receitas correntes em relação à sua previsão, contribuíram a receita proveniente de impostos indiretos (-22,28%) - Imposto municipal sobre imóveis (IMI), Imposto municipal sobre transmissões onerosas de imóveis (IMT) e Imposto único de circulação (IUC), - de taxas, multas e outras penalidades (-28,64%), da venda de bens e serviços correntes e outras receitas correntes (-39,18%).

1.1.1 - RECEITAS CORRENTES

Para a estrutura das receitas correntes, são as transferências correntes que maior peso detém, com cerca de 61,01% do total (4 301 637,67€), seguindo-se a receita proveniente da venda de bens e serviços correntes com 10,29% (725 731,20€), dos impostos diretos com 7,06% (498 020,73€), dos rendimentos de propriedade, de outras receitas correntes e a que resulta de taxas, multas e outras penalidades.

Receitas Correntes		Dotação corrigida	Execução	Diferença		Execução	Global
				Valor	%	%	%
01	Impostos diretos	640 800,00	498 020,73	-142 779,27	-22,28	77,72	7,06
02	Impostos indiretos	14 030,00	0,00	-14 030,00	-100,00	0,00	0,00
04	Taxas, multas e outras penalidades	91 410,00	65 234,47	-26 175,53	-28,64	71,36	0,93
05	Rendimentos de propriedade	280 500,00	358 685,60	78 185,60	27,87	127,87	5,09
06	Transferências correntes	4 381 922,00	4 301 637,67	-80 284,33	-1,83	98,17	61,01
07	Venda de bens e serviços correntes	805 450,00	725 731,20	-79 718,80	-9,90	90,10	10,29
08	Outras receitas correntes	65 262,63	46 149,65	-19 112,98	-29,29	70,71	0,65
Total		6 279 374,63	5 995 459,32	-283 915,31	-4,52	95,48	85,03

Quadro 9 – Resumo das Receitas Correntes

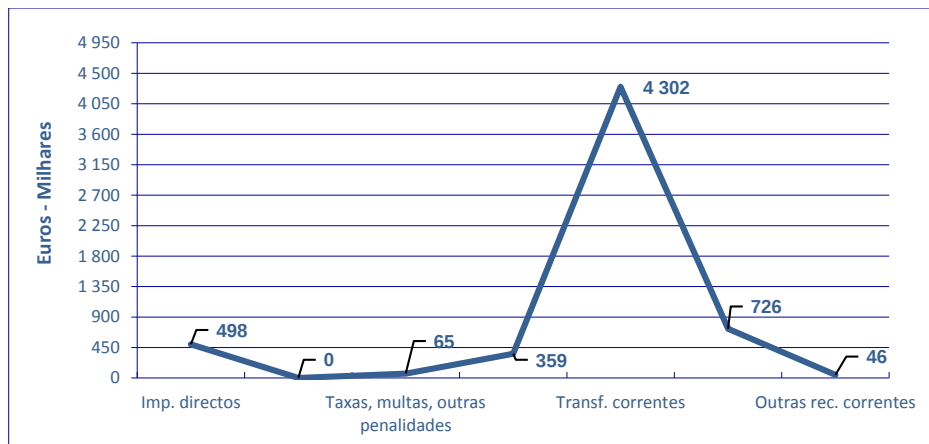


Gráfico 9 – Receitas Correntes (Por Capítulos)

1.1.2 - RECEITAS DE CAPITAL

Quanto à estrutura das receitas de capital, 901 219,01€ correspondem a transferências de capital, representando cerca de 12,36%% do total das receitas, excluído o saldo da gerência anterior, sendo que 396 720,00€ provêm do Fundo de Equilíbrio Financeiro e a importância de 455.398,83€ respeita à comparticipação comunitária em projetos cofinanciados e a importância de 49 060,50€ diz respeito a receita de “venda de bens de investimento”, designadamente da venda de lotes de terreno no loteamento municipal “Sol Nascente” e no lugar de Santa Comba.

Receitas de capital		Dotação corrigida	Execução	Diferença		Execução	Global
				Valor	%	%	%
09	Venda de bens de investimento	71 200,00	49 060,50	-22 139,50	-31,09	68,91	0,70
10	Transferências de capital	4 110 377,00	852 118,83	-3 258 258,17	-79,27	20,73	12,08
11	Ativos financeiros	5 000,00	0,00	-5 000,00	-100,00	0,00	0,00
12	Passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13	Outras receitas de capital	200,00	39,68	-160,32	-80,16	19,84	0,00
Total		4 186 777,00	901 219,01	-3 285 557,99	-78,47	21,53	12,78

Quadro 10 – Resumo das Receitas de Capital

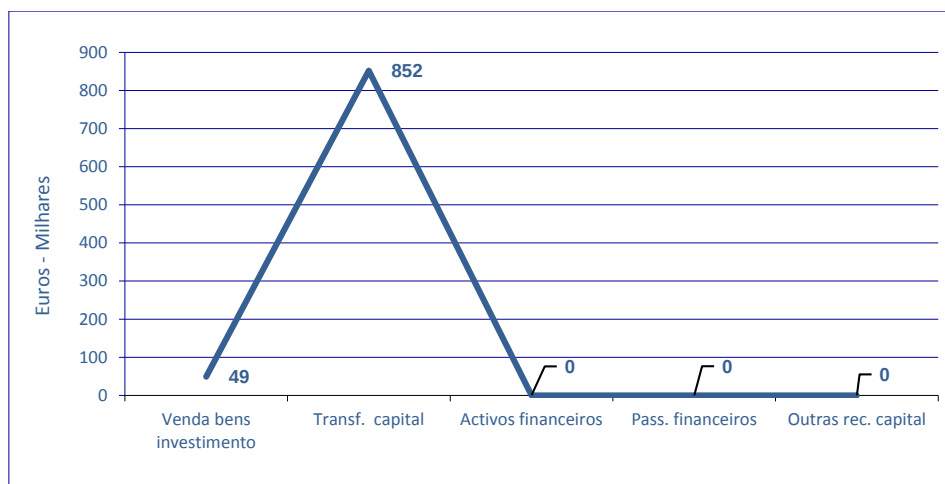


Gráfico X – Receita de Capital (Por Capítulos)

1.2. - DESPESA

O total geral da despesa paga pelo Município apresenta o montante de 6 942 110,15 €, dos quais 5 231 242,80€ são despesas correntes e 1 710 867,68€ são despesas de capital. A sua variação representa uma despesa de menos cerca de 3 milhões e 678 mil euros, em relação à sua previsão, para a qual contribui principalmente a não realização de parte dos investimentos cofinanciados no âmbito do “Portugal 2020”, cujo financiamento não se veio a verificar, por razões a que somos alheios, conforme antes referido, as despesas com o pessoal, a aquisição de bens e serviços, as transferências correntes e de capital, os juros e outros encargos e outras despesas correntes. A taxa de execução da despesa total no ano de 2016 foi de cerca de 65,36%, sendo que 88% corresponde à execução de despesas correntes e 37% à execução de despesas de capital.

Descrição	Previsão	Execução	Variação	% Execução
Despesas Correntes	5 977 444	5 231 243	-746 201	88%
Despesas de Capital	4 643 248	1 710 868	-2 932 380	37%
Total	10 620 692	6 942 110	-3 678 582	65%

Quadro 11 – Despesa

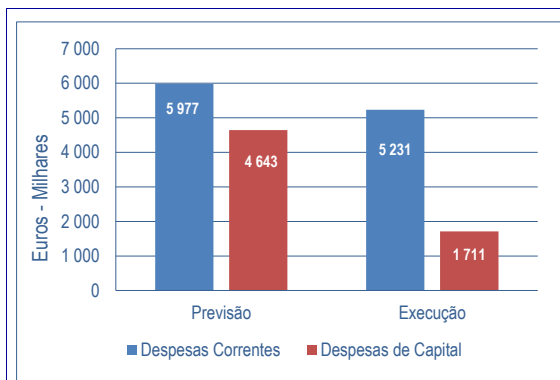


Gráfico 11 – Previsão / Execução da Despesa

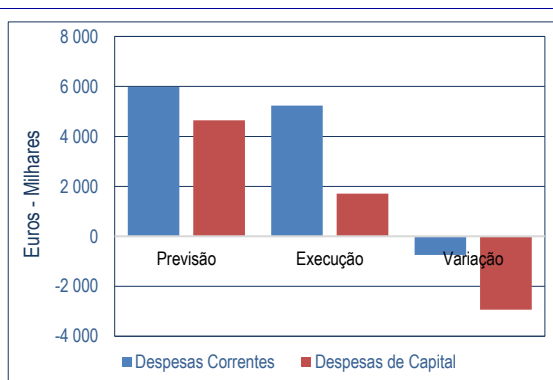


Gráfico 12 – Variação Previsão / Execução da Despesa

1.2.1 - DESPESAS CORRENTES

Para a estrutura das despesas correntes, são as despesas com aquisição de bens e serviços que maior peso detém com 34,13% do total da despesa (2 369 192,49€), seguindo-se as despesas com pessoal com 31,16% (2 163 338,27€) e as despesas com transferências correntes com 8,34% (578 632,01 €) para as Freguesias, para as Associações de Municípios, para a Fundação Museu do Douro, para as Associações Humanitárias dos Bombeiros Voluntários de Fontes e de Santa Marta de Penaguião, para as Associações Desportivas e Culturais e para outras Instituições sem fins lucrativos.

Despesas Correntes		Dotação	Execução	Diferença		Execução	Global
				Valor	%	%	%
01	Pessoal	2 338 200,00	2 163 338,27	-174 861,73	-7,48	92,52	31,16
02	Aquisição de bens e serviços	2 849 896,00	2 369 192,49	-480 703,51	-16,87	83,13	34,13
03	Juros e outros encargos	28 800,00	17 289,66	-11 510,34	-39,97	60,03	0,25
04	Transferências correntes	619 298,00	578 632,01	-40 665,99	-6,57	93,43	8,34
06	Outras despesas correntes	141 250,00	102 790,37	-38 459,63	-27,23	72,77	1,48
Total		5 977 444,00	5 231 242,80	-746 201,20	-12,48	87,52	75,36

Quadro 12 – Resumo das Despesas Correntes

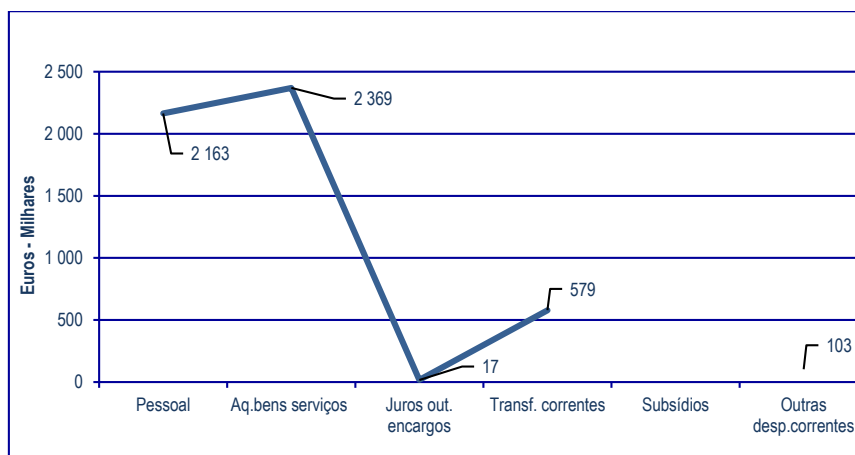


Gráfico 13 – Despesas Correntes (Por Capítulos)

1.2.2 - DESPESAS DE CAPITAL

Para a estrutura das despesas de capital, 1 710 553,90€ correspondem a aquisição de bens de capital (16,50% do total da despesa), 366 727,38€ (4,85%) correspondem a passivos financeiros ou seja a amortizações com empréstimos a médio e longo prazos e 181 388,40 € (2,61%) a transferências de capital para as Freguesias e Instituições sem fins lucrativos e 47 198,00€ à contribuição anual do Município para o Fundo de Apoio Municipal.

Despesas de Capital		Dotação	Execução	Diferença		Execução	Global
				Valor	%	%	%
07	Aquisição de bens de capital	4 016 400,00	1 145 553,90	-2 870 846,10	-71,48	28,52	16,50
08	Transferências de capital	238 000,00	181 388,40	-56 611,60	-23,79	76,21	2,61
09	Ativos financeiros	47 198,00	47 198,00	0,00	0,00	100,00	0,68
10	Passivos financeiros	340 550,00	336 727,38	-3 822,62	-1,12	98,88	4,85
11	Outras despesas de capital	1 100,00	0,00	-1 100,00	-100,00	0,00	0,00
Total		4 643 248,00	1 710 867,68	-2 932 380,32	-63,15	36,85	24,64

Quadro 13 – Resumo das Despesas de Capital

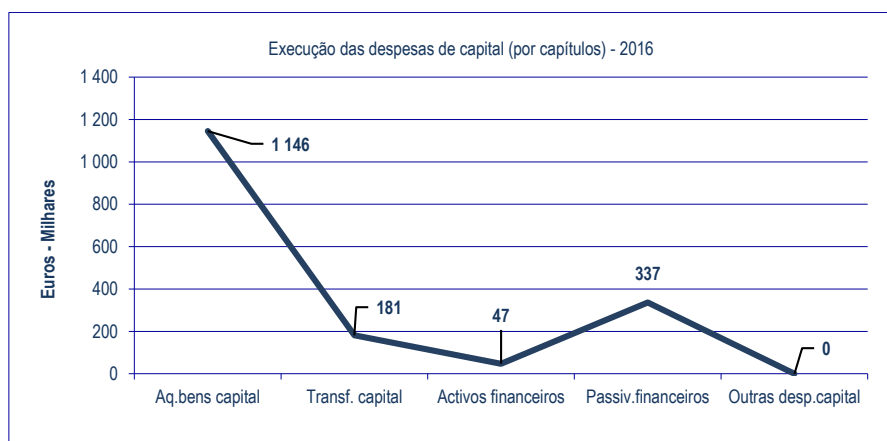


Gráfico 14 – Despesas de capital (Por capítulos)

1.3. - SALDO ORÇAMENTAL E SALDO DA GERÊNCIA

Do confronto de receitas e despesas realizadas, verifica-se que as receitas são inferiores (-45 432,15€) às despesas, pelo que esse valor acrescido ao valor do saldo da gerência anterior, resultou um saldo de execução orçamental de 109 108,22€. O saldo da gerência do ano de 2016 no valor de 179 014,71€, resultante da soma do saldo de execução orçamental e do saldo de operações de tesouraria no valor de 69 906,49€, transita para a gerência seguinte.

Justificação do Saldo Orçamental da Gerência		
Designação		Importância
1	Saldo da gerência anterior	154 540,37
2	Receitas correntes - Despesas correntes	764 216,52
3	Receitas de capital - Despesas de capital	-809 648,67
4	Saldo execução orçamental (1 +2 +3)	109 108,22
5	Saldo operações tesouraria	69 906,49
	Saldo para a gerência seguinte: (4 +5)	179 014,71

Quadro 14 – Resumo do Saldo

2 - EVOLUÇÃO DA RECEITA E DESPESA

2.1 - RECEITA

A receita global bruta no ano de 2016 atingiu o montante de 6 896 678,33€, havendo um decréscimo (-2 594 579,58€) em relação ao ano anterior, sendo que as receitas correntes tiveram um acréscimo de 31 946,23€ e as receitas de capital tiveram uma diminuição (-2 626 525,81€), representando 0,54% e -74,45%, respetivamente.

Evolução da Receita – 2013/2016				
Descrição	Anos			
	2013	2014	2015	2016
Receitas correntes	5 706 304,93	5 932 413,57	5 963 513,09	5 995 459,32
Receitas de capital	1 082 123,08	968 996,82	3 527 744,82	901 219,01
Total	6 788 428,01	6 901 410,39	9 491 257,91	6 896 678,33

Quadro 15 – Resumo da Evolução da Receita

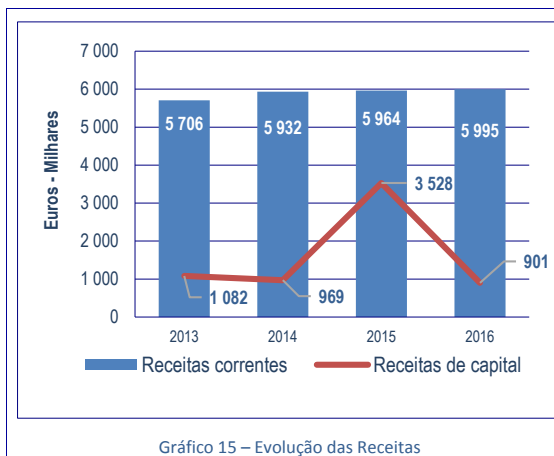


Gráfico 15 – Evolução das Receitas

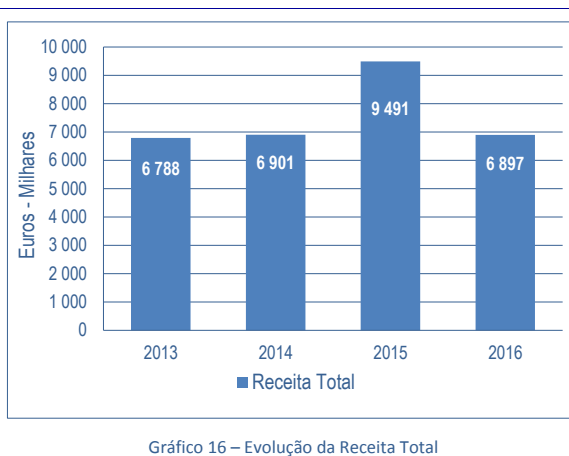
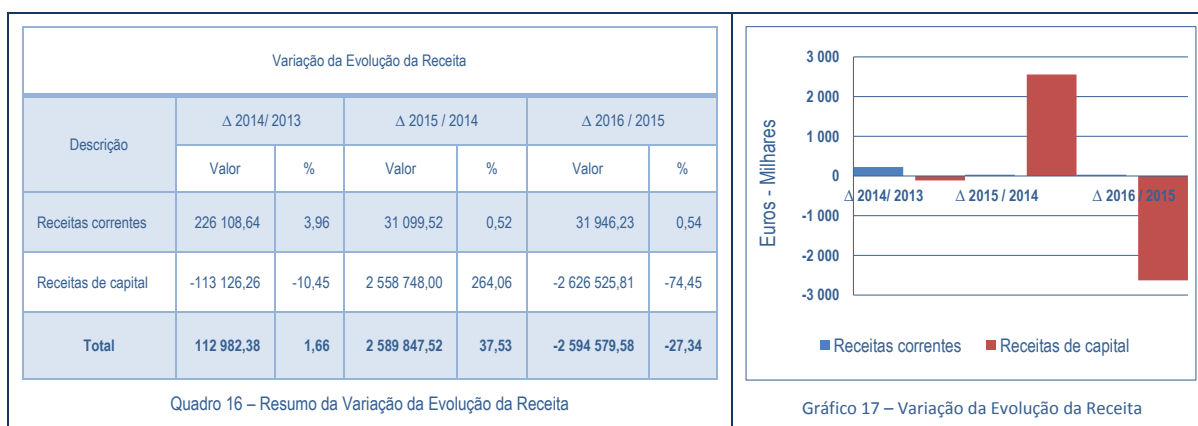


Gráfico 16 – Evolução da Receita Total

Conforme se verifica no quadro que se segue, a variação da evolução global da receita, em termos percentuais, relativamente a 2015, teve uma diminuição (-27,34%) com os fundamentos já anteriormente mencionados.



Quadro 16 – Resumo da Variação da Evolução da Receita

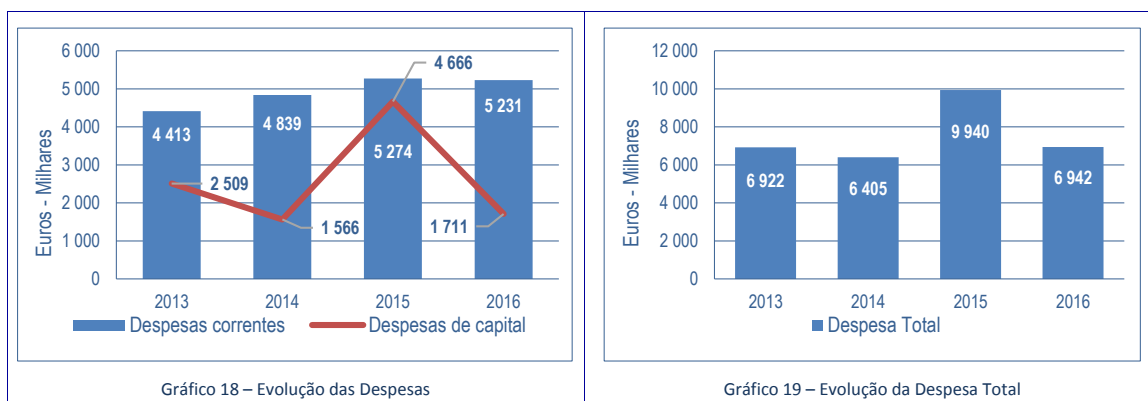
Gráfico 17 – Variação da Evolução da Receita

2.2 – DESPESA

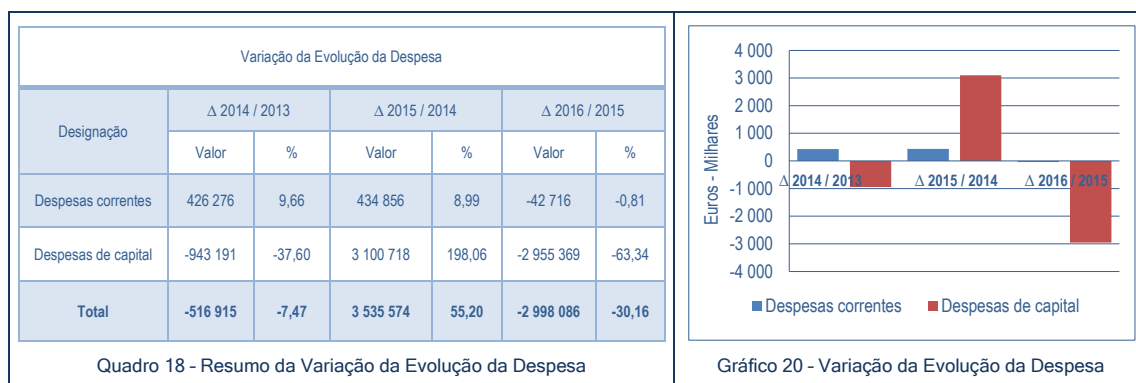
O valor global da despesa, no ano de 2016 atingiu o montante de 6 942 110,48€. Constatase a existência de uma diminuição da despesa total relativamente ao ano anterior no montante de cerca 2 milhões e 998 mil euros.

Evolução da Despesa				
Designação	Anos			
	2013	2014	2015	2016
Despesas correntes	4 412 827	4 839 103	5 273 959	5 231 243
Despesas de capital	2 508 710	1 565 519	4 666 237	1 710 868
Total	6 921 537	6 404 622	9 940 196	6 942 110

Quadro 17 – Resumo da Evolução da Despesa

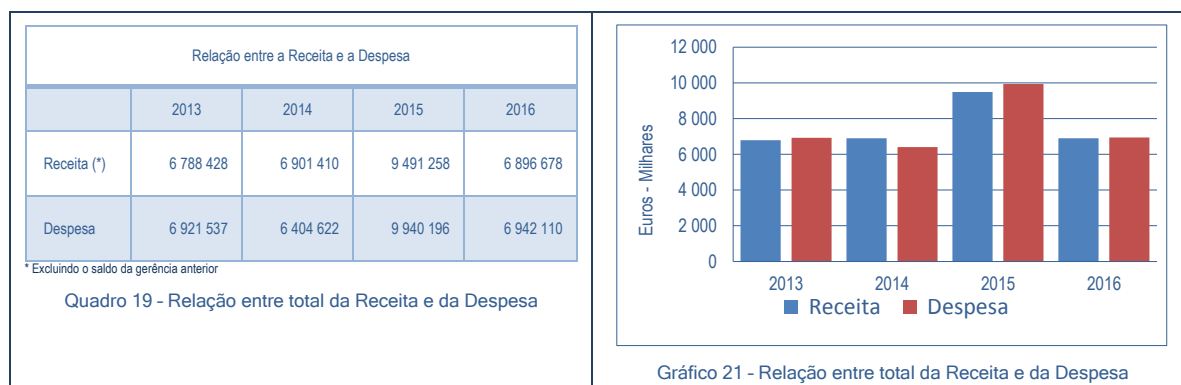


Quanto à variação da evolução global da despesa, em termos percentuais, teve um decréscimo de -30,16%, relativamente ao ano anterior, verificando-se haver uma relação direta quanto à diminuição das receitas de capital.



3 - RELAÇÃO ENTRE AS RECEITAS E AS DESPESAS

Os gráficos e os quadros seguintes da execução da receita e da despesa mostram a relação entre umas e outras. Constatou-se da análise do gráfico que a despesa total em 2016, foi superior à receita total, excluindo o saldo da gerência do ano anterior, em 45 432,15€.



No ano de 2016, tal como nos anos anteriores, as receitas correntes são superiores às despesas correntes. Conforme se tem vindo a referenciar as receitas de capital tiveram um decréscimo em relação aos últimos três anos, fundamentalmente pelo atraso na definição dos apoios dos fundos europeus ao financiamento do investimento.

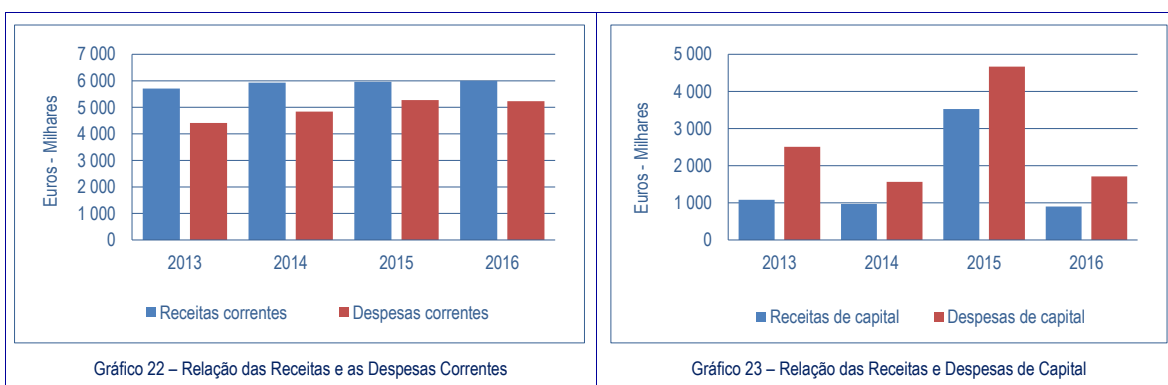
Relação entre as Receitas e as Despesas Correntes				
Designação	2013	2014	2015	2016
Receitas correntes	5 706 305	5 932 414	5 963 513	5 995 459
Despesas correntes	4 412 827	4 839 103	5 273 959	5 231 243

Quadro 20 – Resumo da Relação entre Receitas e Despesas Correntes

Relação entre as Receitas e as Despesas de Capital				
Designação	2013	2014	2015	2016
Receitas de capital	1 082 123	968 997	3 527 745(*)	901 219
Despesas de capital	2 508 710	1 565 519	4 666 237	1 710 868

*Incluindo o saldo da gerência anterior

Quadro 21 – Resumo da Relação entre as Receitas e Despesas de Capital



De acordo com o n.º 2 do artigo 40.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais, determina que a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos a médio e longo prazos.

Verificação da Regra de Equilíbrio Orçamental - 2016		
Descrição	Valor	
Receitas correntes - 2016		5 995 459,32
Despesas correntes - 2016	5 231 242,80	
Amortização média dos Empréstimos médio longo prazos	318 814,53	5 550 057,33
Diferença		445 401,99

Quadro 22 – Equilíbrio Orçamental

Assim, pela análise do quadro que antecede, verifica-se ter sido assegurado o princípio do equilíbrio orçamental, conforme o disposto na supramencionada disposição legal, uma vez que a receita corrente cobrada é superior em 445 401,99€ à despesa corrente, acrescida da importância das amortizações médias dos empréstimos de médio e longo prazos, calculada para o mesmo ano.

4 - DÍVIDA DO MUNICÍPIO

4.1 - EVOLUÇÃO DAS DÍVIDAS A CURTO E A MÉDIO E LONGO PRAZOS

O montante das dívidas do Município a curto prazo, no final de 2016, foi de 236 704,46€ correspondendo a:

- i) contribuição do Município para o capital social do Fundo de Apoio Municipal no montante total de 47 198€ (exigível a 12 meses), a realizar em sete anos, que teve início em 2015, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 17.º da Lei n.º 52/2014, de 25 de Agosto;
- ii) cauções de empreitadas prestadas nos termos do Código dos Contratos Públicos (56 685,22€);
- iii) faturação cujo prazo de pagamento se encontrava dentro dos prazos limites contratuais celebrados (112 958,55€)
- iv) faturas recebidas nos serviços após o encerramento do ano económico (6 664,17€) ou seja, desde o dia 2 a 31 de Janeiro de 2016 ;
- v) descontos para a Segurança Social e para a Caixa Geral de Aposentações efetuados no mês de Dezembro pelos trabalhadores municipais no valor de 13 198,52€ que, nos termos da lei, só são entregues ao Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I.P. e à Caixa Geral de Aposentações, no mês seguinte.

Salienta-se que os montantes mencionados já se encontram pagos na sua totalidade, com exceção do valor referente às cauções, cuja restituição é feita em conformidade com o estabelecido no referido Código dos Contratos Públicos.

Dividas a Terceiros - Curto Prazo				
Descrição	Anos			
	2013	2014	2015	2016
Fornecedores, c/c	465,97	18 285,60	4 556,82	73 313,89
Fornecedores - Faturas em receção e conferência	0,00	133 105,57	85 961,62	6 664,17
Fornecedores de imobilizado, c/c	159 274,69	156 615,65	0,00	38 121,37
Estado e outros entes públicos	0,00	0,00	5 648,50	13 198,52
Credores diversos	0,00	26 315,46	220 240,33	105 406,51
TOTAL	159 740,66	334 322,28	316 407,27	236 704,46

Quadro 23 – Resumo das Dívidas a Terceiros – Curto prazo

Quanto às dívidas de médio e longo prazo, estas resumem-se a empréstimos contratados nas gerências anteriores, totalizando no início da gerência 2 541 860,59€, tal como se encontra evidenciado no respetivo mapa discriminativo, tendo sido paga durante o ano de 2016 a importância de 336 727,38€ respeitante a amortização de capital e de 13 819,01€

referente a juros, pelo que a dívida dos empréstimos a médio e longo prazos no final de 2016 é de 2 205 133,21€, conforme se encontra evidenciado no Balanço e no mapa de empréstimos referido.

Importa referir que nestes três últimos anos se procedeu a uma redução desta dívida no montante de 1 228 455,37€, relativamente à existente em 2013, ou seja, uma diminuição de 35,78%.

As dívidas a médio e longo prazo incluem também a contribuição do Município para o capital social do Fundo de Apoio Municipal no valor de 188 795,39€ (superior a 12 meses), a realizar em sete anos, com início em 2015, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 17.º da Lei n.º 52/2014, de 25 de Agosto, a qual não releva para o limite da dívida total.

Dívidas a Terceiros - Médio e longo prazos						
Descrição	Anos				Δ 2016 / 2013	
	2013	2014	2015	2016	€	%
Dívidas a médio e longo prazos	3 433 588,58	2 964 032,26	2 541 860,59	2 205 133,21	-1 228 455,37	-35,78%
FAM 2015 a 2021	0,00	330 389,39	235 993,39	188 795,39	-141 594,00(*)	-42,86%(*)
TOTAL	3 433 588,58	3 294 421,65	2 777 853,98	2 393 928,60	-1 370 049,37	-36,40%

(*) Variação em relação a 2014

Quadro 24 – Resumo das Dívidas a Terceiros – Médio e longo prazo

4.2 - ENDIVIDAMENTO

A Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, adiante designado RFALEI), estabelece no seu artigo 52.º o conceito de dívida total de operações orçamentais no que concerne ao endividamento municipal, referindo no seu n.º 1 que “A dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no art.º 54.º, não pode ultrapassar, em 31 de Dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores”.

Por seu lado, o n.º 2 do mesmo artigo refere que a dívida total de operações orçamentais do município engloba os empréstimos, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento junto das instituições financeiras, bem como os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.

No artigo 54.º do RFALEI, são definidas as entidades relevantes para efeitos de limites da dívida total:

- i) Os serviços municipalizados e intermunicipalizados, neste último caso, de acordo com o critério previsto no n.º 4 do artigo 16.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto;
- ii) As entidades intermunicipais e as entidades associativas municipais, independentemente de terem sido constituídas ao abrigo de regimes legais específicos ou de direito privado, de acordo com o critério a estabelecer pelos órgãos deliberativos, com acordo expresso das assembleias municipais respetivas, ou, na sua ausência, de forma proporcional à quota de cada município para as suas despesas de funcionamento;
- iii) As empresas locais e participadas de acordo com os artigos 19.º e 51.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto, exceto se se tratar de empresas abrangidas pelos sectores empresarial do Estado ou regional, por força do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de Agosto e pelas Leis n.ºs. 64-A/2008, de 31 de Dezembro e 55-A/2010, de 31 de Dezembro, proporcional à participação, direta ou indireta, do município no seu capital social, em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstas no artigo 40.º daquela lei;
- iv) As cooperativas e as fundações, proporcional à participação, direta ou indireta, do município;
- v) As entidades de outra natureza relativamente às quais se verifique, de acordo com o n.º 4 do artigo 75.º, o controlo ou presunção de controlo por parte do município, pelo montante total.

A dívida total de operações orçamentais é o valor relevante para efeitos de verificação do cumprimento do limite de endividamento estabelecido no artigo 52.º do RFALEI, bem como para aferir dos municípios que se encontram em situação de saneamento financeiro (artigo 58.º) e em situação de rutura financeira (artigo 61.º).

As leis dos Orçamentos de Estado para os anos de 2015 e 2016 têm previsto que o montante referente à contribuição de cada município para o Fundo de Apoio Municipal não releva para o limite da dívida total previsto no n.º 1 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

Assim, através da análise dos quadros que se seguem a dívida total do Município do ano de 2016, incluindo a das entidades relevantes, nos termos dos artigos 52.º e 54.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, é de 2 397 904,13€. Por outro, considerando que o limite da dívida total é de 8 787 243,00€, ou seja, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores (*Quadro 26*), a Autarquia dispõe de uma margem, para atingir esse limite, de 6 389 338,87€ sendo que a dívida total no ano de 2016 corresponde a um grau de endividamento de 27,29%.

A dívida correspondente a empréstimos e a dívida das entidades relevantes que concorrem para os limites da dívida total, representam cerca de 92% da dívida total do Município.

Dívida total 2016	
Entidades	Valor
Município:	
A curto prazo - Dívidas a terceiros	189 506,46
A médio e longo prazos - Empréstimos	2 205 133,21
Soma	2 394 639,67
Associação de Municípios do Vale do Douro Norte	0,00
Associação de Municípios da Rota da Estrada Nacional 2	0,00
Associação de Municípios Portugueses do Vinho	239,94
Associação Nacional de Municípios Portugueses	331,70
Associação do Douro Histórico	0,00
Association Européenne des Élus de Montagne (AEM)	0,00
A.R.V.P - Associação das Rotas dos Vinhos de Portugal	0,00
Comunidade Intermunicipal do Douro	0,00
Fundação Museu do Douro	1 764,67
Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M,SA	928,15
Turismo do Porto e Norte de Portugal, E.R	0,00
Soma	3 264,46
Total	2 397 904,13

(*) Excluído o FAM

Quadro 25 – Dívida total

Limite da Dívida Total para 2016(*)					Situação da dívida face ao limite - 31/12/2016	
Receita Corrente			Média	Limite (1,5 x Média)	Limite da dívida total para 2016	8 787 243,00
2013	2014	2015			Dívida total em 31/12/2016	2 397 904,13
5 706 305	5 930 498	5 937 683	5 858 162	8 787 243	Margem do limite da dívida	6 389 338,87
					Grau de endividamento - %	27,29%

(*) Fonte: DGAL em www.portalaufarquico.pt

Quadro 26 – Limite da dívida total

Quadro 27 – Situação da dívida face ao limite

O quadro seguinte demonstra que a dívida total do Município, em 31 de Dezembro de 2016, é inferior à verificada no final do ano anterior em 420 910,52€, sendo que o grau de endividamento neste ano em relação aos últimos dois anos, também diminuiu 7,24% e 14,93%, respetivamente.

Situação da dívida face ao limite					
	2014	2015	2016	Δ 2016 / 2015	Δ 2016 / 2014
Limite da dívida total	7 818 217,50	8 164 680,00	8 787 243,00	622 563,00	969 025,50
Dívida total em 31 de Dezembro	3 301 059,89	2 818 814,65	2 397 904,13	-420 910,52	-903 155,76
Margem do limite da dívida	4 517 157,61	5 345 865,35	6 389 338,87	1 043 473,52	1 872 181,26
Grau de endividamento - %	42,22%	34,52%	27,29%	-7,24%	-14,93%

Quadro 28 – Situação da dívida face ao limite

5 - INDICADORES GERAIS DE ATIVIDADE

RÁCIOS DE ESTRUTURA							
N.º	2016			2015	2014	2013	Conteúdo
1	Impostos diretos	498 020,73	8,31%	10,51%	10,64%	10,49%	Mede o peso da receita dos impostos diretos no total das receitas correntes
	Receitas correntes	5 995 459,32					
2	Transferências correntes	4 301 637,67	71,75%	72,33%	69,60%	67,24%	Mede o peso da receita das transferências correntes no total das receitas correntes
	Receitas correntes	5 995 459,32					
3	Venda de bens e serviços	725 731,20	12,10%	12,62%	12,26%	13,77%	Mede o peso da receita da Venda de bens e serviços correntes no total das receitas correntes
	Receitas correntes	5 995 459,32					
4	Rendimentos de propriedade	358 685,60	5,98%	2,17%	5,60%	5,65%	Mede o peso da receita de Rendimentos de propriedade no total das receitas correntes
	Receitas correntes	5 995 459,32					
5	Transferências de capital	852 118,83	94,55%	97,08%	97,25%	92,28%	Mede o peso da receita das transferências de capital no total das receitas de capital
	Receitas de capital	901 219,01					
6	Passivos financeiros	0,00	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	Mede a importância dos empréstimos bancários no total das receitas de capital
	Receitas de capital	901 219,01					
7	Receitas correntes	5 995 459,32	86,93%	62,83%	85,96%	84,06%	Mede o peso das receitas correntes no total das receitas
	Receitas totais	6 896 678,33					

Quadro 29 – Rácios de Estrutura

RÁCIOS DE GESTÃO							
N.º	2016			2015	2014	2013	Conteúdo
8	Despesas correntes	5 231 242,80	87,25%	88,44%	81,57%	77,33%	Mede o peso do total das despesas correntes no total das receitas correntes
	Receitas correntes	5 995 459,32					
9	Despesas de capital	1 710 867,68	189,84%	132,27%	161,56%	231,83%	Mede o peso do total das despesas de capital no total das receitas de capital
	Receitas de capital	901 219,01					
10	Despesas c/Pessoal	2 163 338,27	36,08%	33,28%	34,09%	35,54%	Mede o peso das despesas com pessoal no total das receitas correntes
	Receitas correntes	5 995 459,32					
11	Despesas c/Pessoal	2 163 338,27	41,35%	37,63%	41,79%	45,95%	Mede o peso das despesas com pessoal no total das despesas correntes
	Despesas correntes	5 231 242,80					

Quadro 30 – Rácios de Gestão

RÁCIOS DE INVESTIMENTO							
N.º	2016			2015	2014	2013	Conteúdo
12	Despesas de Investimento	1 145 553,90	66,96%	84,40%	62,72%	73,14%	Mede o peso das despesas de investimento nas despesas de capital
	Despesas de capital	1 710 867,68					
13	Despesas de Investimento	1 145 553,90	16,50%	39,62%	15,33%	26,51%	Mede o peso das despesas de investimento no total das despesas
	Despesa Total	6 942 110,48					
14	Despesas de Investimento	1 145 553,90	155,73	535,39	133,49	249,43	Permite analisar o impacto de despesas de investimento pagas, per capita
	População (1)	7 356					
15	Despesas de Investimento	1 145 553,90	16 542	56 871	14 180	26 496	Permite comparar os investimentos pagos com a área geográfica (Km2) da Autarquia
	Área do Município (2)	69,25					

(1) INE – Censos de 2011 (Rácio em Euros)

(2) Área em Km2 (Rácio em Euros)

Quadro 31 – Rácios de Investimento

6 - GRANDES OPÇÕES DO PLANO

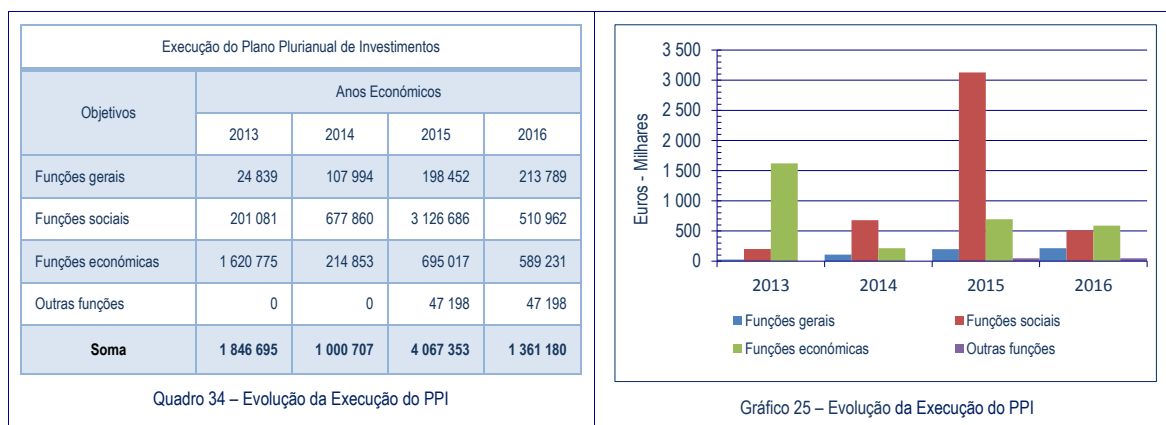
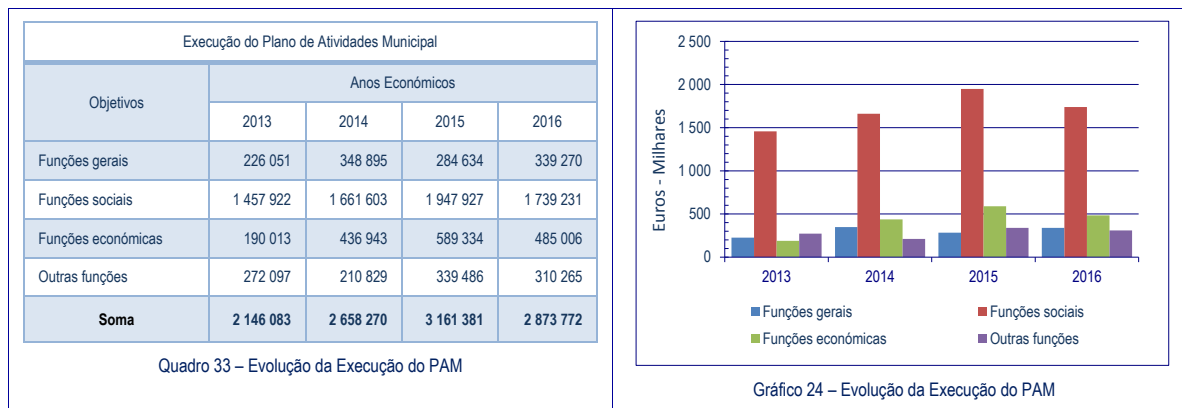
As linhas de desenvolvimento estratégico do Município são definidas nas Grandes Opções do Plano e incluem, designadamente o Plano Plurianual de Investimentos e as Atividades mais Relevantes (Plano de Atividades Municipal) da gestão autárquica.

Resumo da Execução das Grandes Opções do Plano				Ano:	2016
				Unidade: Euros	
	Classificação Funcional	Montante Previsto	Montante Executado	% (a)	% (b)
1	Funções gerais	676 200,00	553 058,65	81,79%	13,06%
1.1.0	Serviços gerais de administração pública	561 600,00	458 194,20	81,59%	10,82%
1.1.1	Administração geral	561 600,00	458 194,20	81,59%	10,82%
1.2.0	Segurança e ordem públicas	114 600,00	94 864,45	82,78%	2,24%
1.2.1	Proteção civil e luta contra incêndios	114 600,00	94 864,45	82,78%	2,24%
2	Funções sociais	4 691 420,00	2 250 193,42	47,96%	53,13%
2.1.0	Educação	235 600,00	209 847,22	89,07%	4,96%
2.1.1	Ensino não superior	89 900,00	68 237,84	75,90%	1,61%
2.1.2	Serviços auxiliares de ensino	145 700,00	141 609,38	97,19%	3,34%
2.3.0	Segurança e ação sociais	307 000,00	248 391,59	80,91%	5,87%
2.3.2	Ação social	307 000,00	248 391,59	80,91%	5,87%
2.4.0	Habitação e serviços coletivos	3 050 200,00	1 229 847,40	40,32%	29,04%
2.4.1	Habitação	131 800,00	113 306,56	85,97%	2,68%
2.4.2	Ordenamento do território	1 162 250,00	203 395,12	17,50%	4,80%
2.4.3	Saneamento	307 500,00	211 287,12	68,71%	4,99%
2.4.4	Abastecimento de água	522 750,00	437 592,94	83,71%	10,33%
2.4.5	Resíduos sólidos	770 100,00	223 705,95	29,05%	5,28%
2.4.6	Proteção do meio ambiente e conservação da natureza	155 800,00	40 559,71	26,03%	0,96%
2.5.0	Serviços culturais, recreativos e religiosos	1 098 620,00	562 107,21	51,16%	13,27%
2.5.1	Cultura	231 550,00	206 652,50	89,25%	4,88%
2.5.2	Desporto, recreio e lazer	867 070,00	355 454,71	40,99%	8,39%
3	Funções económicas	1 867 246,00	1 074 236,20	57,53%	25,37%
3.1.0	Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	57 050,00	4 817,50	8,44%	0,11%
3.2.0	Indústria e energia	572 646,00	467 762,07	81,68%	11,05%
3.3.0	Transportes e comunicações	992 200,00	576 514,93	58,10%	13,61%
3.3.1	Transportes rodoviários	992 200,00	576 514,93	58,10%	13,61%
3.4.0	Comércio e turismo	112 850,00	24 876,63	22,04%	0,59%
3.4.1	Mercados e feiras	5 950,00	5 175,05	0,00%	0,12%
3.4.2	Turismo	106 900,00	19 701,58	18,43%	0,47%
3.5.0	Outras funções económicas	132 500,00	265,07	0,20%	0,01%
4	Outras funções	380 026,00	357 463,40	94,06%	8,44%
4.2.0	Transferências entre administrações	330 828,00	310 265,40	93,78%	7,33%
4.3.0	Diversas não especificadas	49 198,00	47 198,00	95,93%	1,11%
	TOTAL	7 614 892,00	4 234 951,67	55,61%	100,00%

Quadro 32 – Resumo da Execução das Grandes Opções do Plano

- a) % em relação ao previsto
b) % em relação ao total executado

A execução anual das atividades mais relevantes (Plano de Atividades Municipal) teve um nível de execução financeira de 88,06%, atingindo 2 873 771,85€, e o Plano Plurianual de Investimentos teve uma execução de 31,84%, cuja despesa atingiu 1 361 179,82 €.



A evolução do investimento municipal dos últimos quatro anos é demonstrada no quadro e gráfico seguinte. Destacam-se a áreas social e económica, cujos montantes realizados atingiram 2 250 193,42€ e 1 074 236,20€, representando, respetivamente, 53,15% e 25,37%, do montante total da execução financeira anual. O montante executado referente às funções gerais foi de 553 058,65€ a que corresponde 13,06% da execução financeira anual, sendo que nas outras funções se verificou a execução financeira no montante de 357 463,40€.

Execução das Grandes Opções do Plano (PPI + PAM)				
Objetivos	Anos Económicos			
	2013	2014	2015	2016
Funções gerais	250 890	456 889	483 086	553 059
Funções sociais	1 659 003	2 339 463	5 074 613	2 250 193
Funções económicas	1 810 788	651 796	1 284 351	1 074 236
Outras funções	272 097	210 829	386 684	357 463
Soma	3 992 778	3 658 977	7 228 734	4 234 952

Quadro 35 – Evolução da Execução das Grandes Opções do Plano

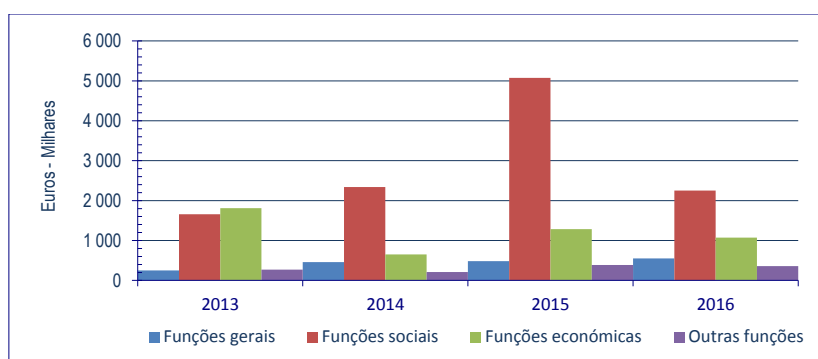
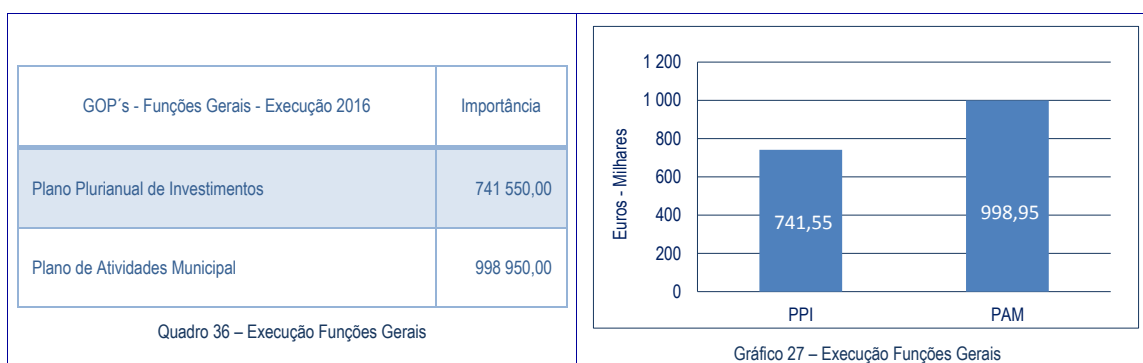


Gráfico 26 – Execução das Grandes Opções do Plano

6.1 - FUNÇÕES GERAIS

O grupo das Funções Gerais compreende as atividades de âmbito geral da administração municipal, designadamente as da área administrativa, financeira, patrimonial e na segurança e ordem públicas.



Quadro 36 – Execução Funções Gerais

Gráfico 27 – Execução Funções Gerais

6.1.1 - SERVIÇOS GERAIS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICAS

Neste subgrupo destaca-se a reparação de viaturas, a conservação e aquisição de máquinas e equipamentos, a modernização administrativa, a aquisição de software e manutenção das licenças das “aplicações” informáticas, a aquisição de equipamento informático, a qualificação dos trabalhadores municipais, a gestão da qualidade e higiene, segurança e saúde no trabalho, as despesas com material de escritório e documentação técnica para o Julgados de Paz e as despesas com correios, telefones e outras comunicações, a participação na aquisição de viaturas e equipamento diverso para as Corporações de Bombeiros do Concelho, bem como para obras de conservação e seu

funcionamento totalizando cerca de 553 mil euros, o que representa 13,06% da execução anual.

PPI - Funções Gerais - Execução 2016	Importância
Serviços gerais de administração pública	213 789
Segurança e ordem públicas	0

Quadro 37 – Funções Gerais

PAM - Funções Gerais - Execução 2016	Importância
Serviços gerais de administração pública	244 405
Segurança e ordem públicas	94 864

Quadro 38 – Funções Gerais

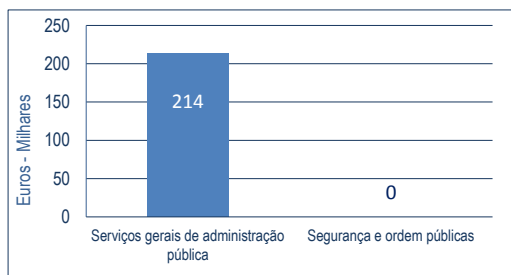


Gráfico 28 - Funções Gerais

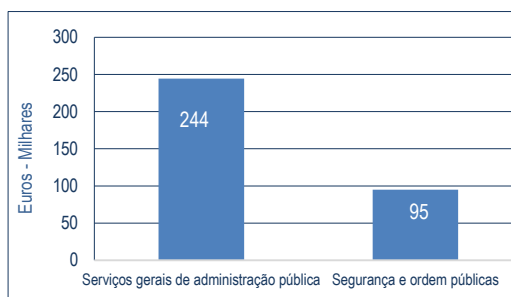


Gráfico 29 - Funções Gerais

6.2 - FUNÇÕES SOCIAIS

A categoria das Funções Sociais abrange os serviços que atendem à satisfação de necessidades tais como a educação, a saúde, a segurança e ação social, a habitação, o ordenamento do território, o saneamento básico, abastecimento de água, resíduos sólidos e os serviços recreativos, culturais, religiosos e cívicos.

GOP's - Funções Sociais 2016	Importância
Plano Plurianual de Investimentos	510 962,30
Plano de Atividades Municipal	1 739 231,12

Quadro 39 – Funções Sociais

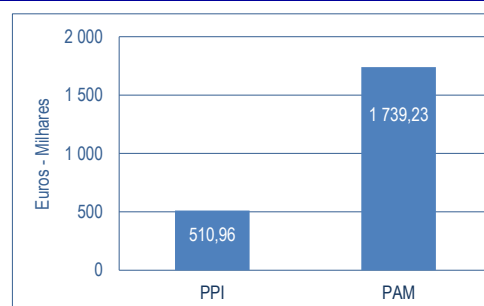


Gráfico 30 – Funções Sociais

GOP's Funções Sociais - 2016	Importância
Educação	209 847
Segurança e ação sociais	248 392
Habituação e serviços coletivos	1 229 847
Serviços culturais, recreativos e religiosos	562 107

Quadro 40 – Funções Sociais

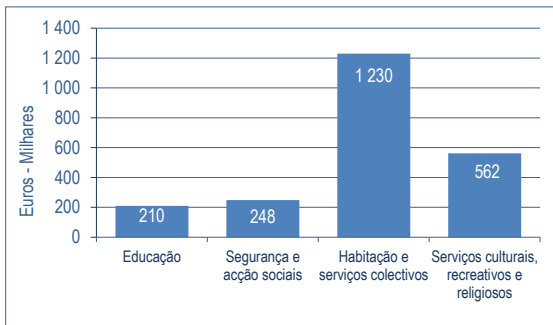


Gráfico 31 – Funções Sociais

PPI - Funções Sociais - Execução 2016	Importância
Educação	34 541
Habituação e serviços coletivos	395 552
Serviços culturais, recreativos e religiosos	80 869

Quadro 41 – Funções Sociais

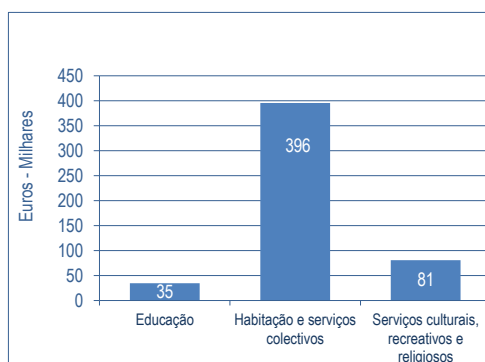


Gráfico 32 – Funções Sociais

PAM - Funções Sociais 2016	Importância
Educação	175 306
Segurança e ação sociais	248 392
Habituação e serviços coletivos	834 295
Serviços culturais recreativos e religiosos	481 238

Quadro 42 – Funções Sociais

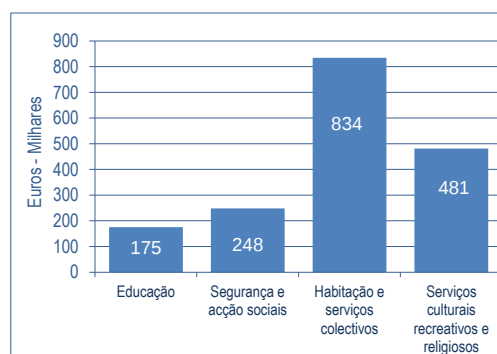
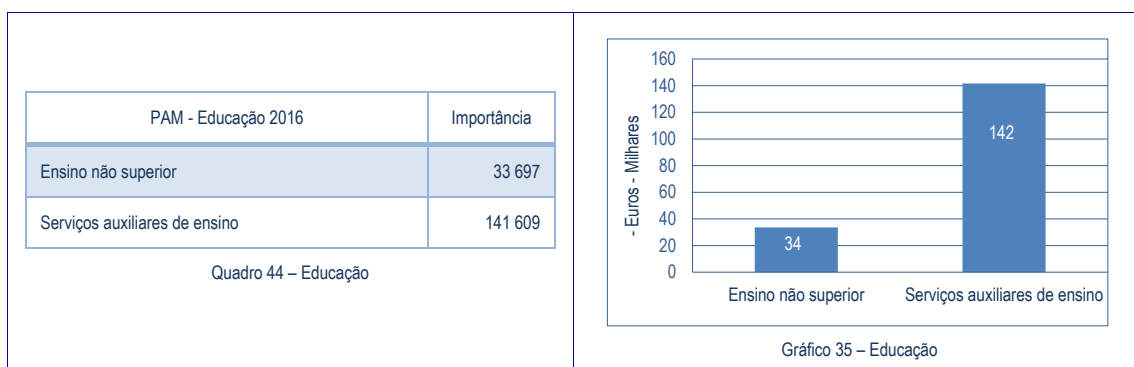
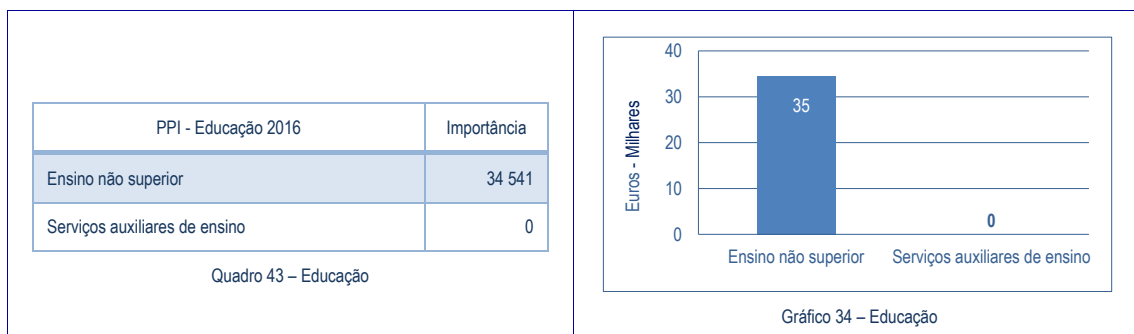


Gráfico 33 – Funções Sociais

6.2.1 - EDUCAÇÃO

Nas Funções Sociais realiza-se as despesas com a educação no montante de 209 847,22€ que representam 5,47% do total da execução financeira anual e diz respeito a obras de conservação dos edifícios escolares, à aquisição de manuais e material escolar para os alunos do 1.º ciclo do ensino básico, aquecimento das escolas, transportes e refeições escolares e bolsas de estudo para os alunos que frequentam o ensino superior universitário e politécnico, à atribuição de “Prémios do Quadro de Excelência e Valor” aos alunos do

Agrupamento Escolar, ao desenvolvimento de projetos educativos e outros em colaboração com o Agrupamento Vertical de Escolas do Concelho, e ao Programa “LinguaLer - Sucesso para Todos”, em parceria com a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.



6.2.2 - SEGURANÇA E AÇÕES SOCIAIS

Este subgrupo compreende os serviços de ação social e as prestações pecuniárias proporcionadas aos beneficiários com necessidades especiais, designadamente, subsídios a infantários, terceira idade, deficientes e a outras instituições de assistência e de solidariedade social.

Destacam-se as atividades recreativas e sociais realizadas com os idosos, a participação às Instituições Particulares de Solidariedade Social do Concelho, a participação às Comissões Fabriqueiras e aos Centros Paroquiais, a realização do “Programa Solidarius”, dos Programas Ocupacionais (CEI e CEI+) e Estágios Profissionais que totalizaram 248 391,59€, correspondendo a 6,46% do valor total executado.

6.2.3 - HABITAÇÃO E SERVIÇOS COLETIVOS

No grupo Habitação e serviços coletivos evidencia-se o investimento na requalificação do Bairro do Padre Mendes, em Medrões, com obras de beneficiação e conservação dos blocos habitacionais municipais, com a elaboração de Unidades Operativas de Planeamento de Gestão (UOPG), com a requalificação de parques e miradouros, com o Programa Bem Estar Habitacional de Pessoas Carenciadas (Apoio na beneficiação de habitações degradadas de famílias carenciadas), com a aquisição de imóveis para reordenamento de espaço públicos, com a elaboração de projetos diversos, com o programa de Ação de Regeneração Urbana (ARU) de Santa Marta de Penaguião, com a criação da Escola de Artes, com a recuperação do Moinho de Soutelo com a aquisição e colocação de mobiliário urbano, com a manutenção e conservação de jardins e espaços verdes, com a execução de diversos ramais e prolongamento de redes de saneamento e de água, bem como com a conservação das respetivas redes, com a construção de estações de tratamento de águas residuais (ETARS) totalizando cerca de 1 229 847,40€, a que corresponde 32,36% da execução financeira anual das Grandes Opções do Plano.

PPI - Habitação e Serviços Coletivos 2016	Importância
Habitação	88 457
Ordenamento do território	203 395
Saneamento	31 869
Abastecimento de água	11 437
Resíduos sólidos	39 371
Prot. Meio ambiente Cons. Natureza	21 024

Quadro 45 – Habitação e Serviços Coletivos

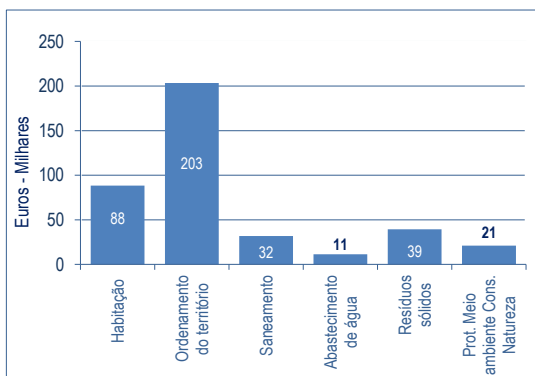


Gráfico 36 – Habitação e Serviços Coletivos

PAM - Habitação e Serviços Coletivos 2016	Importância
Habitação	24 850
Saneamento	179 418
Abast. de água	426 156
Resíduos sólidos	184 335
Proteção meio Ambiente Cons. Natureza	19 536

Quadro 46 – Habitação e Serviços Coletivos

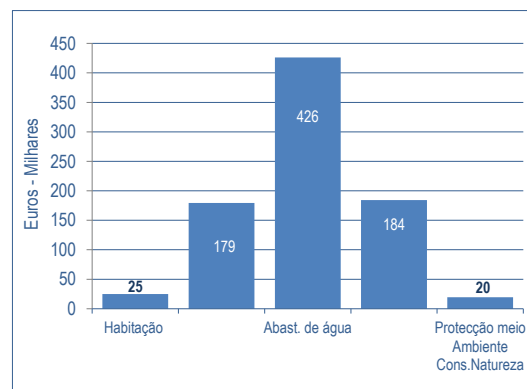
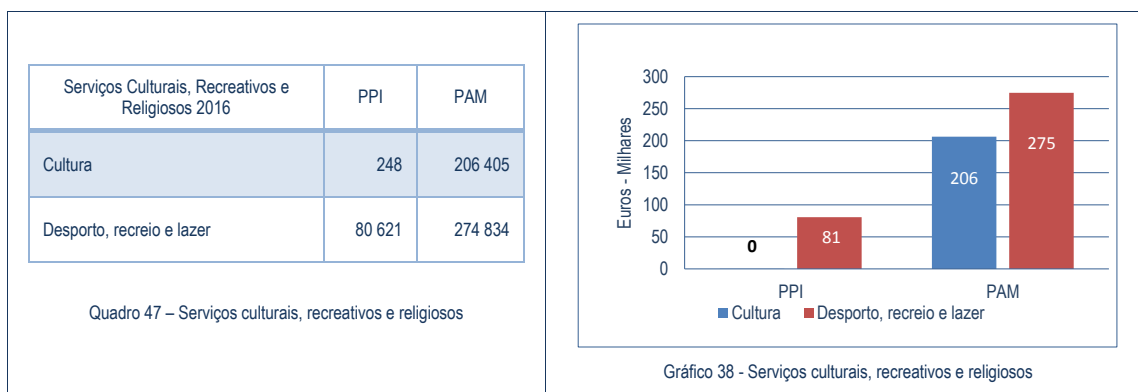


Gráfico 37 – Habitação e Serviços Coletivos

Evidencia-se a despesa com o tratamento das águas residuais e com a compra da água à empresa Águas do Norte, S.A., cujos montantes ascenderam a 583 211,07€, com a recolha, transporte e deposição dos resíduos sólidos urbanos e indiferenciados no aterro sanitário, com a manutenção e conservação de jardins e espaços verdes, com a gestão do canil intermunicipal e com a elaboração do projeto do Ecocentro e outros investimentos, cujas despesas totalizaram o valor de 262 480,41 euros.

6.2.4 - OS SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS

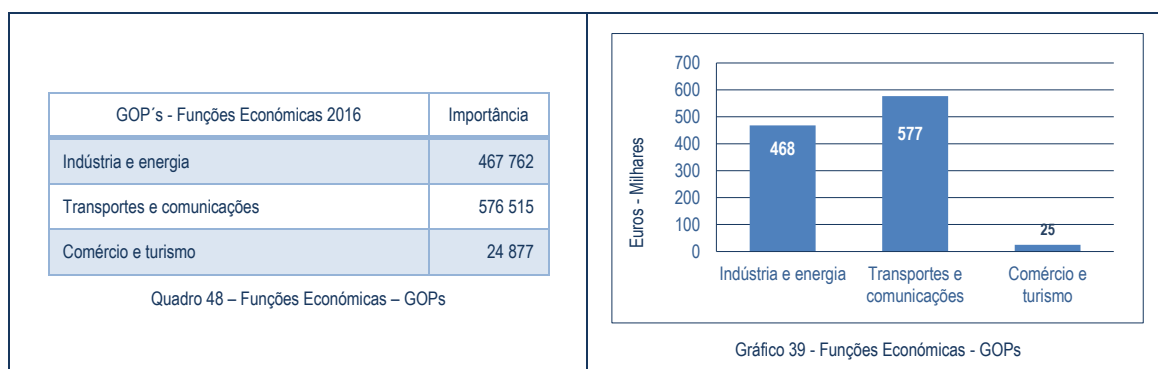
Os Serviços culturais, recreativos e religiosos compreendem as atividades culturais e desportivas, bem como os apoios e participações às associações, culturais e recreativas e às comissões de festas, as despesas com o funcionamento das piscinas, do pavilhão gimnodesportivo municipal e do estádio municipal, com a III Caminhada Noturna, com a II Rampa de Santa Marta a contar para o Campeonato Nacional de Montanha de automobilismo, com a realização da Semana Cultural e de outras ações de animação cultural e de diversas atividades desportivas e de lazer, com a aquisição de livros para a biblioteca e, ainda, com obras de conservação do complexo desportivo e dos polivalentes desportivos, com as obras de requalificação do edifício das piscinas municipais e aquisição de equipamento para as mesmas instalações e representam 10,38% do montante total executado e a que corresponde o valor de 562 107,21€.



6.3 - FUNÇÕES ECONÓMICAS

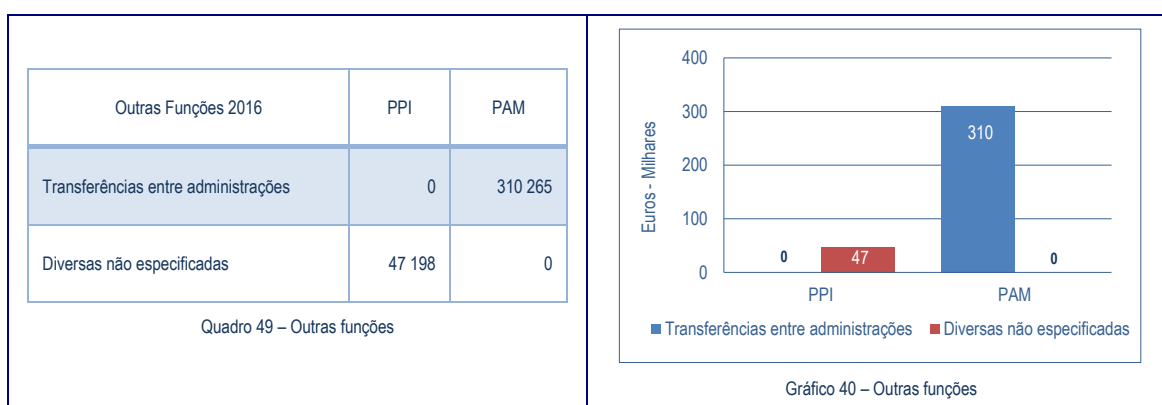
Nas *Funções Económicas* cuja despesa atingiu o montante de 1 074 236,20€, representa 24,68% da execução financeira de 2016, compreende as despesas com a substituição do

equipamento de iluminação no Concelho, com a construção e conservação de arruamentos, vias e de caminhos, com a sinalização e segurança rodoviária, com a reparação e construção de muros diversos e de reparação de danos provocados nas infraestruturas rodoviárias na sequência de eventos meteorológicos excepcionais verificados em Janeiro e Fevereiro, com a iluminação pública e das instalações municipais, com a aquisição de combustíveis (gás, gasolina e gasóleo), bem como com a dinamização e apoio à atividade turística.



6.4 - OUTRAS FUNÇÕES

As Outras Funções respeitam às relações da autarquia com as diversas instituições, e incluem as transferências efetuadas para outras entidades da administração central, regional ou autárquica e outras despesas não especificadas.



O montante despendido deste grupo no ano de 2016 atingiu 357 463,40€ a que corresponde 7,27% da execução financeira anual. Deste valor, conforme se demonstra no quadro que segue, 285 164,96€ destinaram-se às Freguesias como transferências correntes e de capital para financiamento das atribuições e competências que lhes foram

delegadas pelo Município (delegação legal de competências e dos transportes escolares), para participação na realização de diversos investimentos, bem como para participação nas despesas com o “Programa Ocupacional”.

Transferências para as Freguesias – 2016						
Freguesias	Delegação de Competências		Apoios Pontuais			Soma
	Delegação legal	Transportes escolares	Programa ocupacional	Investimentos (Genéricos)	Investimentos (Individualizados)	
Alvações do Corgo	5 151,95 €	3 115,00 €	10 230,00 €	4 094,38 €	15 000,00 €	37 591,33 €
Cumieira	8 584,81 €	-	10 230,00 €	6 520,57 €	10 893,85 €	36 229,23 €
Fontes	9 005,65 €	5 808,00 €	10 230,00 €	6 840,27 €	-	31 883,92 €
Medrões	5 151,95 €	6 372,00 €	10 230,00 €	4 234,93 €	19 968,53 €	45 957,41 €
Sever	5 966,93 €	10 800,00 €	10 230,00 €	4 904,69 €	4 416,33 €	36 317,95 €
União Freguesias Lobrigos (S. Miguel e S. João) e Sanhoane	19 478,15 €	10 100,00 €	20 352,00 €	14 782,98 €	-	64 713,13 €
União das Freguesias de Louredo e Fornelos	10 304,13 €	3 468,00 €	10 230,00 €	8 469,86 €	-	32 471,99 €
Total	63 643,57 €	39 663,00 €	81 732,00 €	49 847,68 €	50 278,71 €	285 164,96 €

Quadro 50 – Transferências para as Freguesias

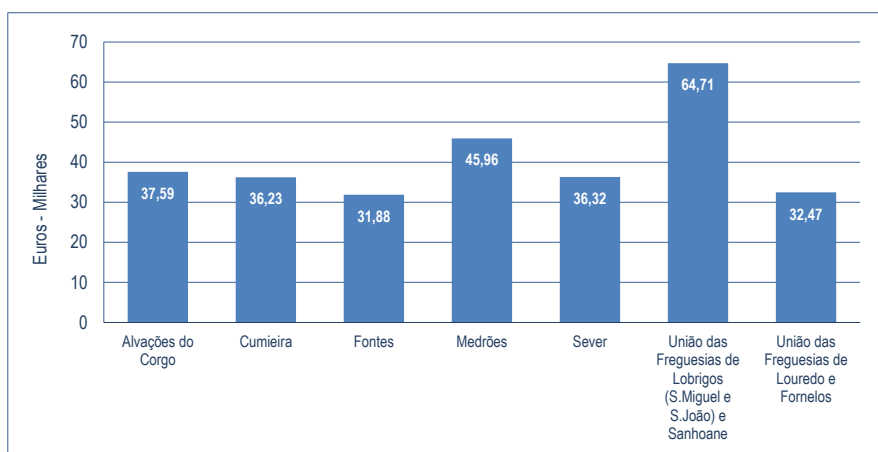


Gráfico 41 – Transferências para as Freguesias - 2016

Transferências para as Freguesias - 2012 a 2016						
	2012	2013	2014	2015	2016	Soma
Alvações do Corgo	16 716,36	14 555,65	21 767,75	31 869,88	37 591,33	122 500,97
Cumieira	25 823,73	32 740,10	23 557,86	84 255,31	36 229,23	202 606,23
Fontes	90 248,19	73 659,37	29 259,76	30 098,92	31 883,92	255 150,16
Medrões	25 486,68	25 049,97	22 106,28	19 971,95	45 957,41	138 572,29
Sever	26 846,48	26 375,85	28 705,54	42 969,62	36 317,95	161 215,44
União Freg. Lobrigos (S. Miguel e S. João) e Sanhoane	76 124,48	72 812,65	60 276,60	88 287,80	64 713,13	362 214,66
União das Freguesias Louredo e Fornelos	29 065,90	27 421,38	28 109,33	32 978,99	32 471,99	150 047,59
Total	290 311,82	272 614,97	213 783,12	330 432,47	285 164,96	1 392 307,34

Nota: No que respeita à União de Freguesias, nos anos de 2012 e 2013, considerou-se a soma das importâncias recebidas pelas Freguesias que a constituem

Quadro 51 – Transferências para as Freguesias

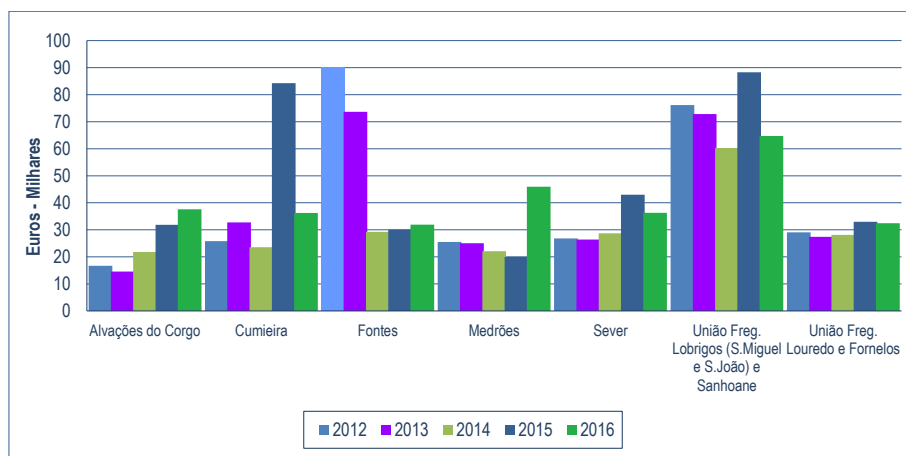


Gráfico 42 – Transferências para as Freguesias – 2012 a 2016

Neste grupo, incluem-se também as despesas inerentes à aquisição de unidades de participação (47.198,00€) do capital social do Fundo de Apoio Municipal criado pela Lei n.º 53/2014, de 25 de Agosto e, ainda, à comparticipação e quotas devidas pelo Município para as diversas entidades com as quais está associado, designadamente com as Associações de Municípios, com a Associação do Douro Histórico e com a Fundação Museu do Douro.

III - BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

A execução orçamental reflete a receita e a despesa de determinado exercício económico, o Balanço e a Demonstração de Resultados espelham a comparação entre o passivo e o ativo do património do Município e a evidenciação dos custos e proveitos incorridos e obtidos em cada exercício económico, bem como resultado apurado, ou seja, demonstram os seus bens, direitos e obrigações.

1. - BALANÇO

O Balanço e o Sistema Contabilístico adequam-se ao previsto no POCAL - Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, espelhando a situação patrimonial da Autarquia a 31 de Dezembro de 2016.

BALANÇO							
Codigo Contas	ACTIVO	Exercícios				Variação	
		2016	%	2015	%	€	%
	ACTIVO FIXO	39 355 184,47	97,86%	41 093 107,14	97,05%	-1 737 922,67	-4,23%
	IMOBILIZADO	39 355 184,47	97,86%	41 093 107,14	97,05%	-1 737 922,67	-4,23%
	Bens de domínio público:	21 632 789,88	53,79%	23 148 122,16	54,67%	-1 515 332,28	-6,55%
451	Terrenos e recursos naturais	1 585 772,64	7,33%	1 370 678,74	5,92%	215 093,90	15,69%
453	Outras construções e infra-estruturas	19 902 634,12	92,00%	20 933 527,17	90,43%	-1 030 893,05	-4,92%
455	Bens do património histórico, artístico e cultural	130 977,00	0,61%	130 977,00	0,57%	0,00	0,00%
459	Outros bens do domínio público	13 406,12	0,06%	14 494,81	0,06%	-1 088,69	-7,51%
445	Imobilizações em curso	0,00	0,00%	698 444,44	3,02%	-698 444,44	-100,00%
	Soma	21 632 789,88	100,00%	23 148 122,16	100,00%	-1 515 332,28	-6,55%
	De imobilizações corpóreas:	17 375 572,58	43,20%	17 598 162,97	41,56%	-222 590,39	-1,26%
421	Terrenos e recursos naturais	2 409 364,24	13,87%	2 429 224,24	13,80%	-19 860,00	-0,82%
422	Edifícios e outras construções	14 114 455,69	81,23%	14 142 174,56	80,36%	-27 718,87	-0,20%
423	Equipamento básico	78 444,53	0,45%	99 289,00	0,56%	-20 844,47	-20,99%
424	Equipamento de transporte	157 211,59	0,90%	196 921,03	1,12%	-39 709,44	-20,17%
425	Ferramentas e utensílios	9 208,03	0,05%	6 884,40	0,04%	2 323,63	33,75%
426	Equipamento administrativo	233 368,50	1,34%	280 136,85	1,59%	-46 768,35	-16,69%
429	Outras imobilizações corpóreas	276 020,00	1,59%	160 361,61	0,91%	115 658,39	72,12%
442	Imobilizações em curso	0,00	0,00%	283 171,28	1,61%	-283 171,28	-100,00%
448	Adiantamento por conta de imobilizações corpóreas	97 500,00	0,56%	0,00	0,00%	97 500,00	34,43%
	Soma	17 375 572,58	100,00%	17 598 162,97	100,00%	-222 590,39	-1,26%
	De investimentos financeiros:	346 822,01	0,86%	346 822,01	0,82%	0,00	0,00%
411	Partes de capital	16 432,62	4,74%	16 432,62	4,74%	0,00	0,00%
412	Obrigações e títulos de participação	330 389,39	95,26%	330 389,39	95,26%	0,00	0,00%
	Soma	346 822,01	100,00%	346 822,01	100,00%	0,00	0,00%

Quadro 52 – Ativo Fixo

BALANÇO							
Código Contas	ACTIVO	Exercícios				Variação	
		2016	%	2015	%	€	%
	ACTIVO CIRCULANTE	861 840,21	2,14%	1 249 575,04	2,95%	-387 734,83	-31,03%
	Existências	47 481,43	0,12%	525 257,74	1,24%	-477 776,31	-90,96%
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	12 289,71	25,88%	39 952,54	7,61%	-27 662,83	-69,24%
32	Mercadorias	35 191,72	74,12%	485 305,20	92,39%	-450 113,48	-92,75%
	Soma	47 481,43	100,00%	525 257,74	100,00%	-477 776,31	-90,96%
	Dívidas de terceiros - Curto prazo	148 138,13	0,37%	286 180,79	0,68%	-138 042,66	-48,24%
212	Contribuintes c/c	371,25	0,25%	166,50	0,06%	204,75	122,97%
213	Utentes c/c	79 551,13	53,70%	171 127,73	59,80%	-91 576,60	-53,51%
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	6 418,98	4,33%	4 473,48	1,56%	1 945,50	43,49%
24	Estado e outros entes públicos	53 388,58	36,04%	8 095,38	2,83%	45 293,20	559,49%
262+263 267+268	Outros devedores	8 408,19	5,68%	102 317,70	35,75%	-93 909,51	-91,78%
	Soma	148 138,13	100,00%	286 180,79	100,00%	-138 042,66	-48,24%
	Títulos negociáveis	179 014,71	0,45%	333 230,81	0,79%	-154 216,10	-46,28%
	Depósitos em instituições financeiras e caixa:						
12	Depósitos em instituições financeiras	179 014,71	100,00%	333 230,81	100,00%	-154 216,10	-46,28%
11	Caixa	0,00		0,00		0,00	-
	Soma	179 014,71	100,00%	333 230,81	100,00%	-154 216,10	-46,28%
	Acréscimos e diferimentos	487 205,94	1,21%	104 905,70	0,25%	382 300,24	364,42%
271	Acréscimos de proveitos	486 192,38	99,79%	104 905,70	100,00%	381 286,68	363,46%
272	Custos diferidos	1 013,56	0,21%	0,00	0,00%	1 013,56	0,0%
	Soma	487 205,94	100,00%	104 905,70	100,00%	382 300,24	364,42%

Quadro 53 – Ativo Circulante

Ativo	Exercícios				Variação	
	2016	%	2015	%	€	%
Ativo Fixo/Imobilizado	39 355 184,47	97,86%	41 093 107,14	97,05%	-1 737 922,67	-4,23%
Ativo Circulante	861 840,21	2,14%	1 249 575,04	2,95%	-387 734,83	-31,03%
Total do Ativo	40 217 024,68	100,00%	42 342 682,18	100,00%	-2 125 657,50	-5,02%

Quadro 54 – Resumo Ativo

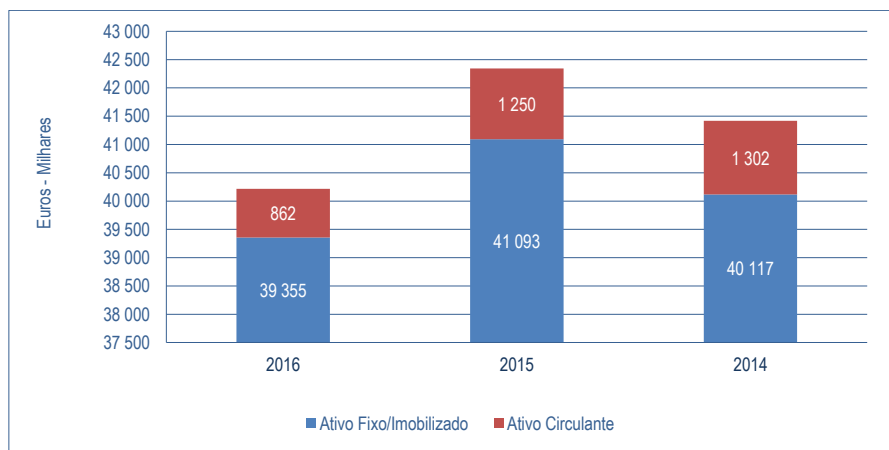


Gráfico 43 – Ativo

Analisando o balanço acima apresentado, constatamos que o Ativo é composto quase na sua totalidade por imobilizado representando cerca de 97,86% do seu total, sendo que 53,79% corresponde a bens do domínio público e 43,20% diz respeito a imobilizações corpóreas e 0,86% a investimentos financeiros, enquanto o ativo circulante representa 2,14%.

O ativo imobilizado é constituído, fundamentalmente, por terrenos e recursos naturais, edifícios e outras construções integrados quer no domínio público, quer no domínio privado municipal, bem como por equipamento básico, de transporte e administrativo e outras imobilizações corpóreas.

Do ativo circulante evidencia-se as dívidas de terceiros a curto prazo a que corresponde 0,37% do seu total, seguindo-se-lhe os acréscimos e proveitos (que devem ser reconhecidos no próprio exercício), os depósitos em instituições financeiras e as existências em matérias-primas, subsidiárias e de consumo.

O passivo divide-se em passivo circulante que inclui as dívidas a curto, médio e longo prazos com empréstimos e fornecedores c/c e fornecedores de imobilizado c/c, outras dívidas a terceiros, os acréscimos de custos (que devem ser reconhecidos no próprio exercício) e proveitos diferidos (que devem ser reconhecidos nos exercícios seguintes), isto é, os proveitos que devem ser reconhecidos nos exercícios seguintes, o qual representa 32,56% do total dos fundos próprios e do passivo, sendo que os passivos a curto prazo e a médio e longo prazos correspondem, respetivamente, a 0,59% e a 5,95% do mesmo total. O Fundo de Apoio Municipal (exigível superior a 12 meses) corresponde a 7,89% das dívidas a médio e longo prazos.

BALANÇO							
Código Contas	Fundos Próprios e Passivo	Exercícios				Variação	
		2016	%	2015	%	€	%
	CAPITAIS PERMANENTES	29 517 125,58	73,39%	31 329 367,60	73,99%	-1 812 242,02	-5,78%
	Fundos próprios:	27 123 196,98	67,44%	28 551 513,62	67,43%	-1 428 316,64	-5,00%
51	Património	11 000 000,00	40,56%	11 000 000,00	38,53%	0,00	0,00%
571	Reservas legais	2 508 011,45	9,25%	2 508 011,45	8,78%	0,00	0,00%
576	Doações	594 737,04	2,19%	594 737,04	2,08%	0,00	0,00%
59	Resultados transitados	14 567 041,16	53,71%	16 048 802,76	56,21%	-1 481 761,60	-9,23%
88	Resultado líquido do exercício	-1 546 592,67	-5,70%	-1 600 037,63	-5,60%	53 444,96	-3,34%
	Soma	27 123 196,98	100,00%	28 551 513,62	100,00%	-1 428 316,64	-5,00%
	Total dos fundos próprios	27 123 196,98	67,44%	28 551 513,62	67,43%	-1 428 316,64	-5,00%
	Passivo Médio e Longo Prazos	2 393 928,60	5,95%	2 777 853,98	6,56%	-383 925,38	-13,82%
2312	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazos	1 863 133,21	77,83%	2 205 310,59	79,39%	-342 177,38	-15,52%
23124	MLP - Exigível a 12 meses	342 000,00	14,29%	336 550,00	12,12%	5 450,00	1,62%
2617	FAM 2015 a 2021	188 795,39	7,89%	235 993,39	8,50%	-47 198,00	-20,00%
	Soma	2 393 928,60	100,00%	2 777 853,98	100,00%	-383 925,38	-13,82%

Quadro 55 – Capitais Permanentes

BALANÇO							
Código Contas	Fundos Próprios e Passivo	Exercícios				Variação	
		2016	%	2015	%	€	%
	PASSIVO CIRCULANTE	10 699 899,10	26,61%	11 013 314,58	26,01%	-313 415,48	-2,85%
	Dívidas a terceiros - Curto prazo:	236 704,46	0,59%	316 407,27	0,75%	-79 702,81	-25,19%
221	Fornecedores, c/c	73 313,89	30,97%	4 556,82	1,44%	68 757,07	1508,88%
228	Fornecedores - Faturas em receção e conferência	6 664,17	2,82%	85 961,62	27,17%	-79 297,45	-92,25%
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	38 121,37	16,11%	0,00	0,00%	38 121,37	-
24	Estado e outros entes públicos	13 198,52	5,58%	5 648,50	1,79%	7 550,02	133,66%
262+263+267+ 268	Outros credores	105 406,51	44,53%	220 240,33	69,61%	-114 833,82	-52,14%
	Soma	236 704,46	100,00%	316 407,27	100,00%	-79 702,81	-25,19%
	Acréscimos e diferimentos	10 463 194,64	26,02%	10 696 907,31	25,26%	-233 712,67	-2,18%
273	Acréscimos de custos	379 387,94	3,63%	330 932,27	3,09%	48 455,67	14,64%
274	Proveitos diferidos	10 083 806,70	96,37%	10 365 975,04	96,91%	-282 168,34	-2,72%
	Soma	10 463 194,64	100,00%	10 696 907,31	100,00%	-233 712,67	-2,18%
	Total do passivo	13 093 827,70	32,56%	13 791 168,56	32,57%	-697 340,86	-5,06%

Quadro 56 – Passivo Circulante

BALANÇO						
Fundos Próprios e Passivo	Exercícios				Variação	
	2016	%	2015	%	€	%
Capitais Permanentes	29 517 125,58	73,39%	31 329 367,60	73,99%	-1 812 242,02	-5,78%
Passivo Circulante	10 699 899,10	26,61%	11 013 314,58	26,01%	313 415,48	2,85%
Total dos fundos próprios e do passivo	40 217 024,68	100,00%	42 342 682,18	100,00%	2 125 657,50	5,02%

Quadro 57 – Resumo Fundos Próprios e Passivo

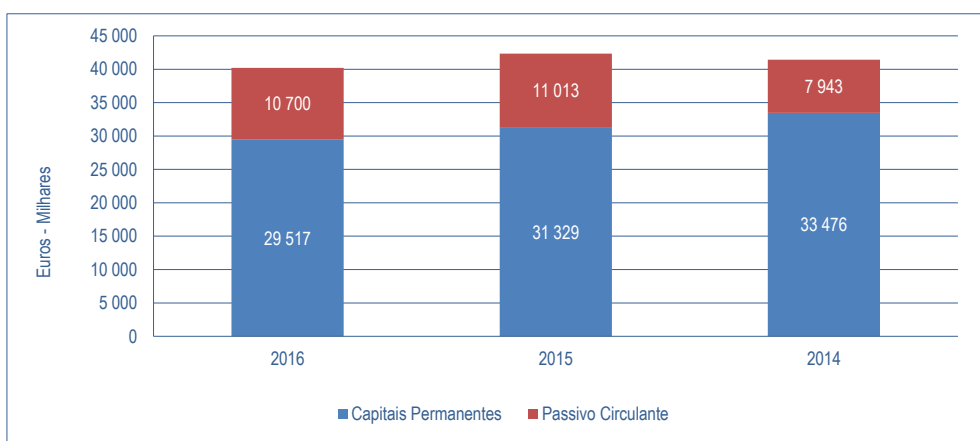


Gráfico 44 – Fundos Próprios e Passivo

Os fundos próprios, representam 67,44% do total dos fundos próprios e do Ativo, fixando-se em 2016, em 40 217 024,68 euros. Por outro lado, no mesmo exercício, os Acréscimos e diferimentos do passivo, representam 26,02%, daquele mesmo total.

2. - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA

A demonstração de resultados por natureza adequa-se ao previsto no POCAL - Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, apresentando os resultados das operações económicas - custos e proveitos - da Autarquia durante o ano de 2016.

Demonstração dos Resultados por Natureza							
Código Contas		Exercícios				Variação	
		2016	%	2015	%	€	%
	Custos e perdas						
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:	428 956,88	5,14%	403 383,80	4,99%	25 573,08	6,34%
	Mercadorias	428 956,88	5,14%	403 383,80	4,99%	25 573,08	6,34%
	Matérias	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
62	Fornecimentos e serviços externos	1 983 420,55	23,75%	1 988 984,99	24,60%	-5 564,44	-0,28%
	Custos com o pessoal:	2 206 712,66	26,42%	2 026 525,57	25,06%	180 187,09	8,89%
641+642	Remunerações	1 743 161,87	20,87%	1 589 714,57	19,66%	153 447,30	9,65%
643 a 648	Encargos sociais	463 550,79	5,55%	436 811,00	5,40%	26 739,79	6,12%
63	Transferências e subsídios correntes concedidos e prestações sociais	559 520,96	6,70%	493 521,04	6,10%	65 999,92	13,37%
66	Amortizações do exercício	2 830 738,65	33,89%	2 757 336,59	34,10%	73 402,06	2,66%
67	Provisões do exercício	0,00		0,00			
65	Outros custos e perdas operacionais	37 455,45	0,45%	72 626,57	0,90%	-35 171,12	-48,43%
	(A)	8 046 805,15	96,34%	7 742 378,56	95,75%	304 426,59	3,93%
68	Custos e perdas financeiros	23 125,98	0,28%	44 285,89	0,55%	-21 159,91	-47,78%
	(C)	8 069 931,13	96,62%	7 786 664,45	96,29%	283 266,68	3,64%
69	Custos e perdas extraordinários	282 230,32	3,38%	299 638,56	3,71%	-17 408,24	-5,81%
	(E)	8 352 161,45	100,00%	8 086 303,01	100,00%	265 858,44	3,29%
88	Resultado líquido do exercício	-1 546 592,67	-18,52%	-1 600 037,63	-19,79%	53 444,96	-3,34%
	(G)	6 805 568,78	81,48%	6 486 265,38	80,21%	319 303,40	4,92%
	Proveitos e ganhos						
	Venda e prestações de serviços:	734 320,61	10,79%	767 043,53	11,83%	-32 722,92	-4,27%
7111	Vendas de mercadorias	1 550,20	0,02%	1 377,63	0,02%	172,57	12,53%
7112+7113	Vendas de produtos	246 431,16	3,62%	254 371,08	3,92%	-7 939,92	-3,12%
712	Prestações de serviços	486 339,25	7,15%	511 294,82	7,88%	-24 955,57	-4,88%
72	Impostos e taxas	538 903,88	7,92%	619 706,79	9,55%	-80 802,91	-13,04%
	Variação da produção						
74	Transferências e subsídios obtidos	4 693 088,34	68,96%	4 714 375,91	72,68%	-21 287,57	-0,45%
76	Outros proveitos e ganhos operacionais						
	(B)	5 966 312,83	87,67%	6 101 126,23	94,06%	-134 813,40	-2,21%
78	Proveitos e ganhos financeiros	255 444,34	3,75%	93 180,79	1,44%	162 263,55	174,14%
	(D)	6 221 757,17	91,42%	6 194 307,02	95,50%	27 450,15	0,44%
79	Proveitos e ganhos extraordinários	583 811,61	8,58%	291 958,36	4,50%	291 853,25	99,96%
	(F)	6 805 568,78	100,00%	6 486 265,38	100,00%	319 303,40	4,92%
	Resultados operacionais: (B) - (A);	-2 080 492,32	-30,57%	-1 641 252,33	-25,30%	-439 239,99	26,76%
	Resultados financeiros: (D-B) - (C-A);	232 318,36	3,41%	48 894,90	0,75%	183 423,46	375,14%
	Resultados correntes: (D) - (C);	-1 848 173,96	-27,16%	-1 592 357,43	-24,55%	-255 816,53	16,07%
	Resultado líquido do exercício: (F) - (E).	-1 546 592,67	-22,73%	-1 600 037,63	-24,67%	53 444,96	-3,34%

Quadro 58 – Custos e Perdas – Proveitos e Ganhos

A demonstração de resultados tem por objetivo apresentar o exercício, evidenciando os custos e os proveitos pela sua natureza, servindo para avaliar a aplicação dos recursos utilizados

O Município encerrou as suas contas relativas ao exercício económico de 2016 com um resultado líquido de -1 546 592,67€, fundamentado pelo desempenho nos resultados operacionais, ou seja, pelo resultado gerado pela atividade municipal, o qual é apurado pela diferença entre os “*Proveitos Operacionais*” (vendas, prestações de serviços, impostos e taxas e transferências e subsídios obtidos) e os “*Custos Operacionais*” (compra de mercadorias e matérias primas, custos com pessoal e encargos, transferências e subsídios correntes concedidos, outros custos e perdas operacionais e amortizações do imobilizado.

Para a formação deste resultado contribuíram as componentes constantes do quadro seguinte:

Resultados	Anos Económicos				Δ 2016 / 2015	
	2016	2015	2014	2013	Valor	%
Resultados operacionais	-2 080 492,32	-1 641 252,33	-833 673,46	-1 076 534,11	-439 239,99	26,76%
Resultados financeiros	232 318,36	48 894,90	283 989,32	176 334,61	183 423,46	375,14%
Resultados correntes	-1 848 173,96	-1 592 357,43	-549 684,14	-900 199,50	-255 816,53	16,07%
Resultado líquido do exercício	-1 546 592,67	-1 600 037,63	-520 978,32	-672 623,44	53 444,96	-3,34%

Quadro 59 – Resultados

O conjunto dos proveitos operacionais é influenciado pela venda e prestação de serviços, pelas transferências e subsídios obtidos e pelos impostos e taxas como resulta dos valores evidenciados no quadro que se segue, verificando-se um decréscimo de 32 722,92€(-4,27%) de 80 802,91€ (-13,04%) e de 21 287,57€ (-0,45%), respetivamente, face ao ano anterior.

Proveitos operacionais	Anos Económicos				Δ 2016 / 2015	
	2016	2015	2014	2013	Valor	%
Venda e prestação de Serviços	734 320,61	767 043,53	728 051,66	770 783,41	-32 722,92	-4,27%
Impostos e taxas	538 903,88	619 706,79	679 783,96	650 343,67	-80 802,91	-13,04%
Transferências e subsídios obtidos	4 693 088,34	4 714 375,91	4 492 593,76	4 611 372,25	-21 287,57	-0,45%
Total	5 966 312,83	6 101 126,23	5 900 429,38	6 032 499,33	-134 813,40	-2,21%

Quadro 60 – Proveitos Operacionais

Por outro lado, os custos operacionais, relativamente ao ano anterior, tiveram um aumento de 304 426,59€ a que corresponde uma variação de 3,93%, em relação ao mesmo ano.

Custos operacionais	Anos Económicos				Δ 2016 / 2015	
	2016	2015	2014	2013	Valor	%
Custo Merc.Vend.Mat. Consumidas	428 956,88	403 383,80	53 972,96	56 614,64	25 573,08	6,34%
Fornecimentos e serviços externos	1 983 420,55	1 988 984,99	1 540 844,83	1 619 370,76	-5 564,44	-0,28%
Custos com pessoal	2 206 712,66	2 026 525,57	2 028 097,18	2 260 932,99	180 187,09	8,89%
Amortizações do exercício	2 830 738,65	2 757 336,59	2 707 829,52	2 882 505,79	73 402,06	2,66%
Transf. subs. correntes concedidos	559 520,96	493 521,04	355 870,77	220 527,48	65 999,92	13,37%
Outros custos operacionais	37 455,45	72 626,57	47 487,58	69 081,78	-35 171,12	-48,43%
Total	8 046 805,15	7 742 378,56	6 734 102,84	7 109 033,44	304 426,59	3,93%

Quadro 61 – Custos Operacionais

Os resultados financeiros evidenciam os “lucros” ou prejuízos sendo apurados pela diferença entre “*Custos e Perdas e Proveitos e Ganhos*”, ambos de natureza essencialmente financeira. No ano de 2016 apresentam um valor positivo de 232 318,36€, sendo que os proveitos financeiros são basicamente provenientes da concessão da exploração da rede elétrica em baixa tensão e da Barragem do Rio Sordo, suficientes para cobrirem os custos financeiros que são originados pelos juros e pelos encargos suportados com os empréstimos de médio e longo prazos e outros custos.

Proveitos financeiros	Anos Económicos				Δ 2016 / 2015	
	2016	2015	2014	2013	Valor	%
Proveitos e ganhos financeiros	255 444,34	93 180,79	334 418,73	215 562,96	162 263,55	174,14%

Quadro 62 – Proveitos Financeiros

Custos financeiros	Anos Económicos				Δ 2016 / 2015	
	2016	2015	2014	2013	Valor	%
Custos e perdas financeiras	23 125,98	44 285,89	50 429,41	39 228,35	-21 159,91	-47,78%

Quadro 63 – Custos Financeiros

Os proveitos e ganhos extraordinários são derivados fundamentalmente de ganhos em existências e em imobilizações, bem como de benefícios de penalidades contratuais, de reduções de amortizações e de provisões e de outros proveitos e ganhos extraordinários. Os custos e perdas extraordinários dizem respeito essencialmente a transferências de capitais concedidas pela Autarquia.

Proveitos extraordinários	Anos Económicos				Δ 2016 / 2015	
	2016	2015	2014	2013	Valor	%
Proveitos e ganhos extraordinários	583 811,61	291 958,36	285 389,81	656 880,68	291 853,25	99,96%

Quadro 64 – Proveitos Extraordinários

Custos extraordinários	Anos Económicos				Δ 2016 / 2015	
	2016	2015	2014	2013	Valor	%
Custos e perdas extraordinários	282 230,32	299 638,56	256 683,99	429 304,62	-17 408,24	-5,81%

Quadro 65 – Custos Extraordinários

3.- INDICADORES DA SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

3.1 - DE ESTRUTURA

3.1.1 - Do Ativo

Indicadores de Estrutura	2016		2015		2014		2013		Variação %		Obs
	Valores	%	Valores	%	Valores	%	Valores	%	2016-2015	2016-2013	
Ativo líquido fixo	39 355 184,47	98%	41 093 107,14	97%	40 116 502,39	97%	41 380 273,34	99,40%	0,83%	-1,55%	
Ativo líquido total	40 217 024,68		42 342 682,18		41 418 904,74		41 629 832,52				
Bens do domínio público líquidos	21 632 789,88	54%	23 148 122,16	55%	24 797 471,99	60%	26 683 570,86	64,10%	-1,61%	-16,08%	
Ativo líquido total	40 217 024,68		42 342 682,18		41 418 904,74		41 629 832,52				
Imobilizações corpóreas líquidas	17 375 572,58	43%	17 598 162,97	42%	14 972 208,39	36%	14 680 269,86	35,26%	3,95%	22,52%	
Ativo líquido total	40 217 024,68		42 342 682,18		41 418 904,74		41 629 832,52				
Imob.financ. líquido	346 822,01	0,86%	346 822,01	0,82%	346 822,01	0,84%	16 432,62	0,04%	5,29%	2084,71%	
Ativo líquido total	40 217 024,68		42 342 682,18		41 418 904,74		41 629 832,52				
Ativo circulante	861 840,21	2,1%	1 249 575,04	3,0%	1 302 402,35	3,1%	249 559,18	0,60%	-27,38%	257,48%	
Ativo líquido total	40 217 024,68		42 342 682,18		41 418 904,74		41 629 832,52				
Fundos próprios	27 123 196,98	67%	28 551 513,62	67%	30 181 646,27	73%	30 812 581,76	74,02%	0,02%	-8,88%	Grau de autonomia financeira
Ativo líquido total	40 217 024,68		42 342 682,18		41 418 904,74		41 629 832,52				

Quadro 66 – Indicadores do Ativo

3.1.2 - DOS FUNDOS PRÓPRIOS E DO PASSIVO

Indicadores de Estrutura	2016		2015		2014		2013		Variação %		Obs
	Valores	%	Valores	%	Valores	%	Valores	%	2016-2015	2016-2013	
Fundos próprios	27 123 196,98	207%	28 551 513,62	207%	30 181 646,27	269%	30 812 581,76	285%	0,06%	-27,28%	Grau de solvabilidade
Passivo	13 093 827,70		13 791 168,56		11 237 258,47		10 817 250,76				
Património	11 000 000,00	41%	11 000 000,00	39%	11 000 000,00	36%	11 000 000,00	36%	5,27%	13,60%	Estrutura de capitais próprios
Fundos próprios	27 123 196,98		28 551 513,62		30 181 646,27		30 812 581,76				
Passivo (curto prazo)	236 704,46	1,8%	316 407,27	2,3%	334 322,28	3,0%	159 740,66	1,5%	-21,21%	22,42%	
Passivo	13 093 827,70		13 791 168,56		11 237 258,47		10 817 250,76				
Passivo (médio e longo prazo)	2 393 928,60	18%	2 777 853,98	20%	3 294 421,65	29%	3 433 588,58	32%	-9,23%	-42,40%	
Passivo	13 093 827,70		13 791 168,56		11 237 258,47		10 817 250,76				
Acréscimos e diferimentos	10 463 194,64	80%	10 696 907,31	78%	7 608 514,54	68%	7 223 921,52	67%	3,02%	19,66%	
Passivo	13 093 827,70		13 791 168,56		11 237 258,47		10 817 250,76				
Dívidas à banca a Méd. longo prazo	2 205 133,21	92%	2 541 860,59	92%	2 964 032,26	90%	3 433 588,58	100%	0,67%	-7,89%	
Passivo médio e longo prazo	2 393 928,60		2 777 853,98		3 294 421,65		3 433 588,58				

Quadro 67 – Indicadores dos Fundos Próprios e do Passivo



3.1.3 - DOS PROVEITOS

Indicadores de Estrutura	2016		2015		2014		2013		Variação %		Obs
	Valores	%	Valores	%	Valores	%	Valores	%	2016-2015	2016-2013	
Vendas (c/712)	247 981,36	3,6%	255 748,71	3,9%	239 762,70	3,7%	249 521,19	3,61%	-7,59%	0,83%	
Proveitos totais	6 805 568,78		6 486 265,38		6 520 237,92		6 904 942,97				
Vendas (c/7112)	486 339,25	7,1%	511 294,82	7,9%	488 288,96	7,5%	521 262,22	7,55%	-9,34%	-5,34%	
Proveitos totais	6 805 568,78		6 486 265,38		6 520 237,92		6 904 942,97				
Impostos e taxas	538 903,88	7,9%	619 706,79	9,6%	679 783,96	10,4%	650 343,67	9,42%	-17,12%	-15,93%	
Proveitos totais	6 805 568,78		6 486 265,38		6 520 237,92		6 904 942,97				
Transferências e subsídios recebidos	4 693 088,34	69,0%	4 714 375,91	72,7%	4 492 593,76	68,9%	4 611 372,25	66,78%	-5,12%	3,26%	
Proveitos totais	6 805 568,78		6 486 265,38		6 520 237,92		6 904 942,97				
Proveitos financeiros	255 444,34	3,8%	93 180,79	1,4%	334 418,73	5,1%	215 562,96	3,12%	161,28%	20,23%	
Proveitos totais	6 805 568,78		6 486 265,38		6 520 237,92		6 904 942,97				
Proveitos extraordinários	583 811,61	8,6%	291 958,36	4,5%	285 389,81	4,4%	656 880,68	9,51%	90,58%	-9,83%	
Proveitos totais	6 805 568,78		6 486 265,38		6 520 237,92		6 904 942,97				

Quadro 68 – Indicadores dos Proveitos

3.1.4 - DOS CUSTOS

Indicadores de Estrutura	2016		2015		2014		2013		Variação %		Obs
	Valores	%	Valores	%	Valores	%	Valores	%	2016-2015	2016-2013	
Fornecimentos e serviços externos	1 983 420,55	24%	1 988 984,99	25%	1 540 844,83	22%	1 619 370,76	21,37%	-3,45%	11,12%	
Custos totais	8 352 161,45		8 086 303,01		7 041 216,24		7 577 566,41				
Transferências e subsídios concedidos	559 520,96	7%	493 521,04	6%	355 870,77	5%	220 527,48	2,91%	9,76%	130,19%	
Custos totais	8 352 161,45		8 086 303,01		7 041 216,24		7 577 566,41				
Custos com pessoal	2 206 712,66	26%	2 026 525,57	25%	2 028 097,18	29%	2 260 932,99	29,84%	5,43%	-11,45%	
Custos totais	8 352 161,45		8 086 303,01		7 041 216,24		7 577 566,41				
Outros custos operacionais	37 455,45	0,4%	72 626,57	0,9%	47 487,58	1%	69 081,78	0,91%	-50,07%	-50,81%	
Custos totais	8 352 161,45		8 086 303,01		7 041 216,24		7 577 566,41				
Amortizações	2 830 738,65	34%	2 757 336,59	34%	2 707 829,52	38%	2 882 505,79	38,04%	-0,61%	-10,90%	
Custos totais	8 352 161,45		8 086 303,01		7 041 216,24		7 577 566,41				
Amortizações domínio público	2 220 362,48	27%	2 216 319,76	27%	2 216 319,76	31%	2 376 280,96	31,36%	-3,01%	-15,23%	
Custos totais	8 352 161,45		8 086 303,01		7 041 216,24		7 577 566,41				
Amortizações domínio privado	536 974,11	6,4%	491 507,76	6,1%	491 507,76	7%	506 224,83	6,68%	5,77%	-3,76%	
Custos totais	8 352 161,45		8 086 303,01		7 041 216,24		7 577 566,41				
Custos financeiros	23 125,98	0,3%	44 285,89	0,5%	50 429,41	1%	39 228,35	0,52%	-49,44%	-46,52%	
Custos totais	8 352 161,45		8 086 303,01		7 041 216,24		7 577 566,41				
Custos extraordinários	282 230,32	3,4%	299 638,56	3,7%	256 683,99	4%	429 304,62	5,67%	-8,81%	-40,36%	
Custos totais	8 352 161,45		8 086 303,01		7 041 216,24		7 577 566,41				
Resultado líquido do exercício	-1 546 592,67	-18,5%	-1 600 037,63	-19,8%	-520 978,32	-7%	-672 623,44	-8,88%	-6,42%	108,61%	
Custos totais	8 352 161,45		8 086 303,01		7 041 216,24		7 577 566,41				

Quadro 69 – Indicadores dos Custos

3.2 - DE EQUILÍBRIO FINANCEIRO

3.2.1 - A CURTO PRAZO

Indicadores de Equilíbrio Financeiro	2016		2015		2014		2013		Variação %		Obs
	Valores	%	Valores	%	Valores	%	Valores	%	2016-2015	2016-2013	
Ativo circulante	861 840,21	8,1%	1 249 575,04	11,3%	1 302 402,35	16,4%	249 559,18	3,39%	-29,01%	137,41%	Grau de solvência técnica
Passivo circulante curto prazo	10 699 899,10		11 013 314,58		7 942 836,82		7 355 717,05				
Ativo circulante - Passivo circulante curto prazo (*)	-9 838 058,89		-9 763 739,54		-6 640 434,47		-7 134 103,00		0,76%	37,90%	Fundo de maneoio patrimonial
Cash Flow (*)	750 246,33		1 116 084,26		1 874 156,06		1 805 971,68		-32,78%	-58,46%	
Cash Flow Proveitos	750 246,33 6 805 568,78	11,0%	1 116 084,26 6 486 265,38	17,2%	1 874 156,06 6 520 237,92	28,7%	1 805 971,68 6 904 942,97	26,15%	-35,93%	-57,85%	

(*) Em Euros

Quadro 70 – A Curto Prazo

3.2.2 - A MÉDIO E LONGO PRAZO

Indicadores de Equilíbrio Financeiro	2016		2015		2014		2013		Variação %		Obs
	Valores	%	Valores	%	Valores	%	Valores	%	2016-2015	2016-2013	
Ativo fixo	39 355 184,47	133%	41 093 107,14	131%	40 116 502,39	120%	41 380 273,34	120,83%	1,65%	10,34%	
Capitais permanentes	29 517 125,58		31 329 367,60		33 476 067,92		34 246 170,34				
Ativo fixo - capitais permanentes (*)	9 838 058,89		9 763 739,54		6 640 434,47		7 134 103,00		0,76%	37,90%	
Passivo ML prazo	2 393 928,60	6,1%	2 777 853,98	6,8%	3 294 421,65	8%	3 433 588,58	8,30%	-10,02%	-26,69%	
Ativo fixo	39 355 184,47		41 093 107,14		40 116 502,39		41 380 273,34				
Capitais permanentes	29 517 125,58	76%	31 329 367,60	77%	33 476 067,92	84%	34 246 170,34	82,76%	-1,59%	-8,57%	Grau de cobertura do imobilizado
Imobilizado líquido	39 008 362,46		40 746 285,13		39 769 680,38		41 380 273,34				
Passivo	13 093 827,70	33%	13 791 168,56	33%	11 237 258,47	27%	10 817 250,76	26,14%	-0,04%	24,55%	Nível global de endividamento
Ativo líquido	40 217 024,68		42 342 682,18		41 418 904,74		41 380 273,34				

(*) Em Euros

Quadro 71 – A Médio e Longo Prazo

IV - APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

Apresentando-se o resultado líquido do exercício de -1 546 592,67€ propõe-se a sua aprovação e que o mesmo seja levado à Conta 59 - Resultados transitados, nos termos do disposto no ponto 2.7.3 do POCAL.

V - CONTABILIDADE DE CUSTOS

O fecho integral do Sistema de Contabilidade de Custos foi efetuado pelo segundo ano consecutivo, sendo que por essa razão há uma continuidade do aperfeiçoar dos seus registos, bem como um trabalho de consolidação das práticas.

1. - ENQUADRAMENTO E MODELO CONCEPTUAL ADOTADO

A implementação do Sistema de Contabilidade Analítica para o apuramento dos custos das funções e dos custos é obrigatório, nos termos do n.º 2.8.3.1 do POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro na sua atual redação.

Nesta conformidade conceptual o Município de Santa Marta de Penaguião encetou um conjunto de procedimentos conducentes a implementação do Sistema de Contabilidade de Custos.

Mais entendeu o Município implementar um sistema que permitisse extravasar o aludido no POCAL, com o objetivo proporcionar informação sustentada da performance económica da atividade autárquica nos seguintes domínios:

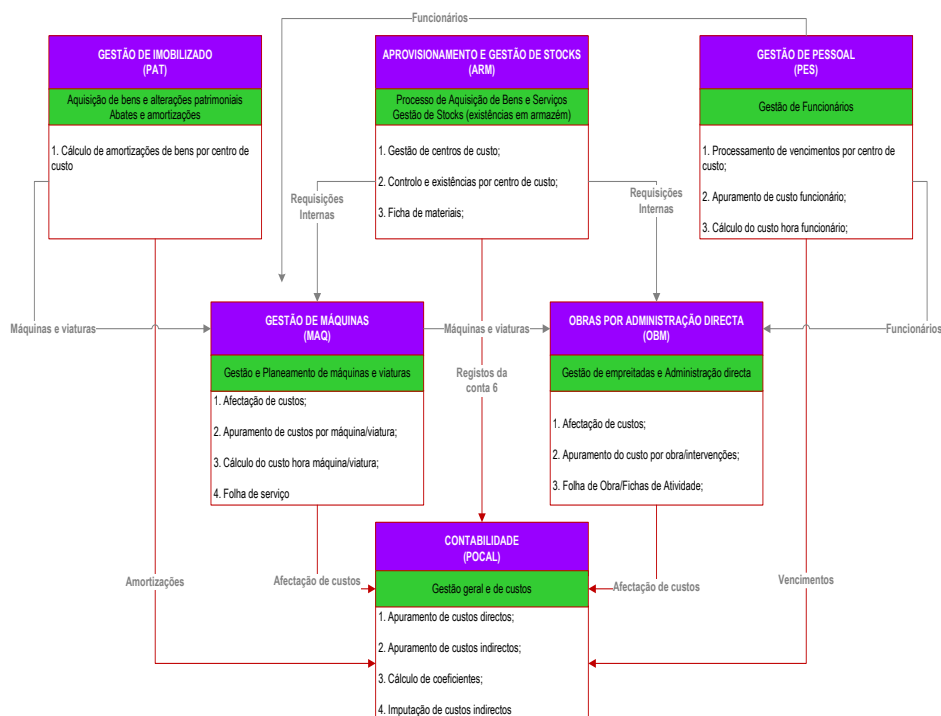
- i) Quantificar a estrutura de custos da unidade orgânica;
- ii) Delimitar o custo das Atividades e Projetos Municipais;
- iii) Quantificar os custos e os proveitos, quando aplicável, dos Serviços Prestados e Bens produzidos pelo Município;
- iv) Determinar os custos das Intervenções por Administração Direta, nomeadamente Obras de construção (a novo), Obras de Grande Reparação e Obras de Pequenas reparações;
- v) Quantificar o custo das transferências para Entidades Terceiras;
- vi) Delimitar o custo com Máquinas e viaturas (cálculo do custo hora/máquina e custo km/viatura).

Uma correta implementação do Sistema de Contabilidade de Custos obriga à integração da informação dos sistemas aplicacionais MEDIDATA, relacionando os dados produzidos nas seguintes aplicações:

- POCAL/CTA - Sistema Integrado de Gestão Autárquica;
- OBM - Gestão de Obras Municipais e Atividades;
- MAQ - Gestão de Máquinas;
- ARM - Aprovisionamento: Gestão de Stocks e Aprovisionamento;

- PAT - Património: Gestão de Imobilizado;
- PES - Gestão de Pessoal.

Na figura seguinte esquematiza o Modelo Conceptual de Contabilidade de Custos que adotado pelo Município.



Assim, o controlo dos custos dos centros de custo (Conta da analítica) é efetuado através das aplicações informáticas:

- Gestão de Obras Municipais e Atividades (OBM), no que diz respeito aos custos com a utilização de mão-de-obra, materiais não armazenáveis e aquisições de serviços, relativos a Obras e Atividades Municipais;
- Gestão de Máquinas (MAQ), no que diz respeito aos custos com a utilização de mão-de-obra, máquinas e viaturas, materiais não armazenáveis e aquisições de serviços, relativos a Máquinas/Viaturas;
- Gestão de Stocks e Aprovisionamento (ARM), no que diz respeito aos custos com o consumo de materiais de armazém.
- Sistema de Contabilidade Autárquica (POCAL) no que respeita a movimentos de custos não suportados por nota de encomenda.

A tabela dos códigos de Centros de Custos (que CTA-SCC se designa por Plano da Analítica) encontra-se construída na referida aplicação informática com as seguintes categorias:

9 - Centros de Custos - Desagregação dos centros de custos de acordo com a seguinte estrutura:

91 - Obras por Administração Direta, dividida em duas subcategorias:

911 - Obras de Grande Reparação - Para imputação de todos os custos de grandes reparações do património municipal efetuadas por administração direta, desagregado obra a obra para no final do ano se apurar o valor a ser adicionado ao Património do Município. Como grandes reparações ou beneficiações entende-se as que aumentem o valor ou a duração provável da utilização da máquina ou viatura. Em caso de dúvida, consideram-se grandes reparações ou beneficiações sempre que o respetivo custo exceda 30% do valor patrimonial líquido da viatura (Art.º 13.º do CIBE - Portaria 671/2000, de 17 de Abril);

912 - Obras de construção (a novo) - Para se imputar todos os custos de construções novas que sejam efetuadas por administração direta, desagregado obra a obra para no final do ano se apurar o valor a ser adicionado ao Património do Município;

92 - Atividades Municipais - Para imputação dos custos das várias atividades que o Município promova no âmbito das suas atribuições e competências, incluindo as várias atividades de suporte às atribuições principais do Município, como por exemplo, limpeza urbana, recolha de resíduos sólidos, limpeza de espaços públicos e iluminação pública e as atividades associadas à prestação de serviços pelos quais o Município recebe compensação monetária;

93 - Transferências para Entidades Terceiras - Para imputação dos custos com as transferências efetuadas pelo Município para entidades terceiras no âmbito das suas atribuições.

94 - Gestão de Equipamentos e Infraestruturas Municipais (Não inclui edifícios administrativos) - Desagregado em função dos vários equipamentos municipais (escolas, bibliotecas, museus, piscinas, etc.), incluindo os equipamentos que geram receita, para imputação de todos os custos correntes do funcionamento desses equipamentos, envolvendo as pequenas manutenções e conservações e também os custos suportados com os serviços por eles prestados e com os quais o Município receba compensação monetária;

95 - Custos de estrutura - Desagregado em duas subcategorias:

951 - Estrutura Orgânica - Para imputação por serviço dos custos que não poderão ser imputados diretamente aos códigos acima (por exemplo, todos os custos

administrativos como o serviço de contabilidade, aprovisionamento, recursos humanos, etc.);

952 - Instalação de Serviços - Para imputação de todos os custos correntes de funcionamento dos vários edifícios administrativos do Município, incluindo as pequenas manutenções e conservações;

98 - Funcional - Nesta classificação apenas são classificados custos que não sejam diretos a outra categoria, uma vez que, com o fecho das contas pretende-se em exercício futuros que os custos/proveitos das outras categorias sejam reclassificados para a 98;

99 - Máquinas e viaturas - Para imputação de todos os custos de funcionamento (o consumo de combustíveis e o seguro), a manutenção e conservação (pneus, revisões, pequenas reparações, etc.) e a amortização (a fornecer pela aplicação informática do Património no final do ano, este custo lança-se no código da respetiva máquina ou viatura), com vista ao apuramento no final do ano do custo hora/máquina a ser utilizado no ano seguinte para a imputação aos diversos Centros de Custos das horas de utilização das máquinas e viaturas, assim como ao apuramento os desvios do custo hora/máquina face ao ano anterior.

2. - APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

A seguir apresentam-se os resultados obtidos com o Sistema de Contabilidade de Custos de 2016.

2.1 - TOTAL DE CUSTOS POR GRUPO DE CENTROS DE CUSTOS

Como podemos observar no quadro seguinte os custos diretos a centros de custo ascendem a um total de 8 352 161,45 €, sendo que o grupo detentor de mais custos foi o grupo 95, no montante de 5 305 796,62€.

Grupo	Designação do Grupo	Custos de 2016	Peso
91	Obras por Administração Direta	51 652,30 €	0,62%
92	Atividades Municipais	816 248,37 €	9,77%
93	Transferências para Entidades Terceiras	597 302,92 €	7,15%
94	Gestão Equip.Inf. Municipais (Não inclui edifícios administrativos)	1 491 200,28 €	17,85%
95	Custos de Estrutura	5 305 796,62 €	63,53%
99	Máquinas e Viaturas	89 960,96 €	1,08%
Total		8 352 161,45 €	

Quadro 72 – Custos por grupo de Centro de Custos

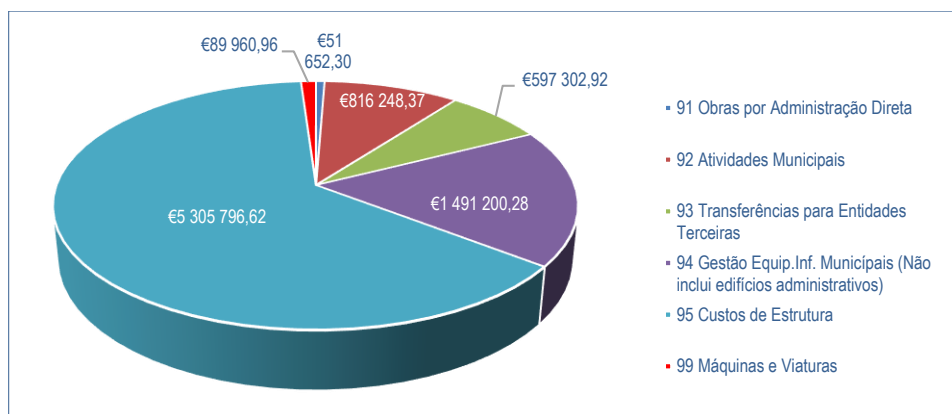


Gráfico 45 – Custos de 2016

2.2 - TOTAL DE CUSTOS POR GRUPO - DETALHE

As obras por administração direta representam 0,62% dos custos totais e referem-se aos custos resultantes das reparações do património municipal.

Grupo	Designação do Grupo	Custos de 2016
91	Obras por Administração Direta	51 652,30 €
91.1	Obras de Grande Reparação	51 652,30 €
91.1.1	Funções Gerais	50 819,80 €
91.1.3	Funções Económicas	832,50 €

Quadro 73 – Obras por administração direta

As atividades municipais promovidas pelo Município no âmbito das suas atribuições e competências, incluindo designadamente a limpeza urbana, recolha de resíduos sólidos, limpeza de espaços públicos e iluminação pública representam cerca de 9,85% dos custos.

Grupo	Designação do Grupo	Custos de 2016
92	Atividades Municipais	816 248,37 €
92.1	Funções Gerais	105 077,97 €
92.1.1	Serviços Gerais da Administração Pública	29 220,79 €
92.1.2	Segurança e Ordem Públicas	75 857,18 €
92.2	Funções Sociais	494 036,66 €
92.2.1	Educação	172 959,23 €
92.2.3	Segurança e Ação Sociais	48 461,50 €
92.2.4	Habitação e Serviços Coletivos	62 121,48 €
92.2.6	Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	210 494,45 €
92.3	Funções Económicas	217 133,74 €
92.3.1	Indústria e Energia	214 138,08 €
92.3.3	Comércio e Turismo	2 995,66 €

Quadro 74 – Atividades municipais

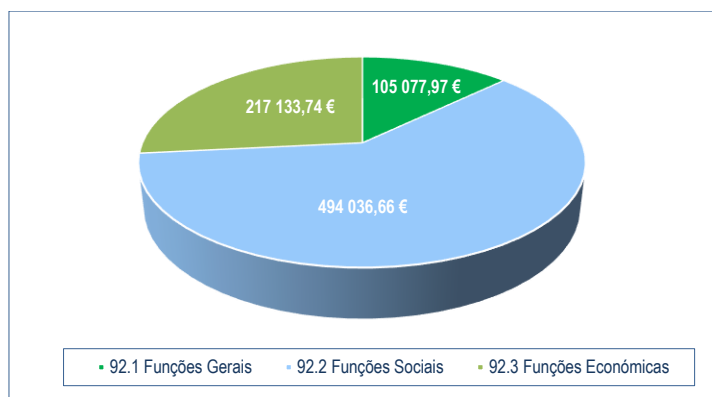


Gráfico 46 – Custos Atividades Municipais

A vertente social é a que tem maior representação nas atividades desenvolvidas pelo município englobando cerca de 61% dos custos do grupo 92.

Nesta vertente, as transferências entre administrações representam cerca de 46,5%, estando incluídas neste grupo, as transferências para as freguesias, associações de municípios e outras entidades.

Grupo	Designação do Grupo	Custos de 2016
93	Transferências para Entidades Terceiras	597 302,92 €
93.1	Funções Gerais	95 366,04 €
93.1.1	Segurança e Ordem Públicas	95 366,04 €
93.2	Funções Sociais	179 730,42 €
93.2.1	Educação	275,74 €
93.2.3	Segurança e Ação Sociais	35 739,37 €
93.2.5	Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	143 715,31 €
93.4	Outras Funções	322 206,46 €
93.4.1	Transferências Entre Administrações	278 867,65 €
93.4.2	Diversas não Especificadas	43 338,81 €

Quadro 75 – Transferências para entidades terceiras

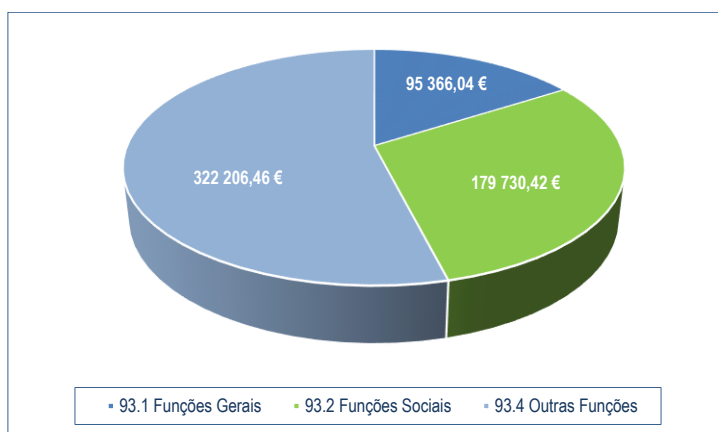


Gráfico 47 – Transferência para Entidades Terceiras

A gestão de equipamentos e infraestruturas municipais representam cerca de 18% dos custos, sendo o segundo grupo com um peso maior nos custos globais da autarquia.

Grupo	Designação do Grupo	Custos de 2016
94	Gestão de Equipamentos e Infraestruturas Municipais (Não inclui Edifícios Administrativos)	1 491 200,28 €
94.1	Funções Gerais	2 100,00 €
94.1.1	Funções Gerais da Administração Pública	2 100,00 €
94.2	Funções Sociais	1 251 978,42 €
94.2.1	Educação	224 512,55 €
94.2.4	Habitação e Serviços Coletivos	704 198,37 €
94.2.5	Serviços Culturais, Recreativos e Religiosas	323 267,50 €
94.3	Funções Económicas	142 274,26 €
94.3.3	Transportes e Comunicações	128 762,26 €
94.3.4	Comércio e Turismo	13 512,00 €
94.4	Outras Funções	94 847,60 €
94.4.1	Diversas Não Especificadas	94 847,60 €

Quadro 76 – Gestão equipamentos e infraestruturas

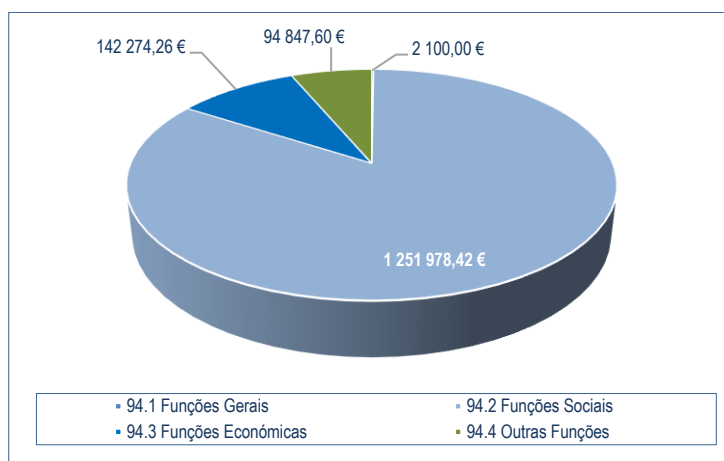


Gráfico 48 – Gestão de equipamentos e infraestruturas

Os custos com Custos de Estrutura do Município representam cerca de 63% dos custos totais dos centros de custo.

Grupo	Designação do Grupo	Custos de 2016
95	Custos de Estrutura	5 305 796,62 €
95.1	Estrutura Orgânica	5 272 039,73 €
95.1.1	Órgãos da Autarquia	3 968 427,90 €
95.1.2	Gabinetes dependentes da Presidência	16 532,05 €
95.1.3	Unidades Orgânicas	1 286 898,11 €
95.1.4	Todos os Serviços	181,67 €
95.2	Edifícios de Instalação de Serviços	33 756,89 €
95.2.1	Edifícios de Instalação de Serviços	33 756,89 €

Quadro 77 – Custos de Estrutura

O subgrupo 95.1 - Estrutura orgânica, representa 99% dos custos do grupo e congrega todos os custos administrativos relativos ao funcionamento dos serviços, tais como, telefones, economato, ferramentas, seguros, custos com pessoal e amortizações. Acresce referir que os órgãos da autarquia aglomeram um grande número de custos, nomeadamente, amortizações, em virtude do cadastro de bens se encontrar em atualização.

O subgrupo 95.2 apresenta os custos relativos aos edifícios administrativos, principalmente eletricidade, pequenas reparações e amortizações e representa 0,64% dos custos do grupo.

Grupo	Designação do Grupo	Custos de 2016
99	Máquinas e Viaturas	89 960,96 €
99.1	Máquinas	5 762,03 €
99.2	Viaturas	84 198,93 €

Quadro 78 – Máquinas e Viaturas

O custo de funcionamento (consumo de combustíveis e seguro), de manutenção e conservação (pneus, revisões, pequenas reparações, etc.) e de amortização das máquinas e viaturas, no ano económico de 2016, representam cerca de 1% dos custos totais.

2.3 - TOTAL DE CUSTOS POR FUNÇÃO

O quadro seguinte apresenta o apuramento de custos por função dando cumprimento ao previsto no ponto 2.8.3 do POCAL.

Grupo	Designação do Grupo	Custos de 2016
98	Funcional	8 352 161,45 €
98.1	Funções Gerais	5 559 160,43 €
98.1.1	Serviços Gerais da Administração Pública	5 387 937,21 €
98.1.2	Segurança e Ordem Públicas	171 223,22 €
98.2	Funções Sociais	1 969 084,31 €
98.2.1	Educação	397 747,52 €
98.2.3	Segurança e Ação Sociais	127 539,68 €
98.2.4	Habituação e Serviços Coletivos	766 319,85 €
98.2.5	Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	677 477,26 €
98.3	Funções Económicas	360 240,50 €
98.3.2	Indústria e Energia	214 138,08 €
98.3.3	Transportes e Comunicações	128 762,26 €
98.3.4	Comércio e Turismo	17 340,16 €
98.4	Outras Funções	463 676,21 €
98.4.2	Transferências Entre Administrações	278 867,65 €
98.4.3	Diversas Não especificadas	184 808,56 €
Total		8 352 161,45 €

Quadro 79 – Custos por Função

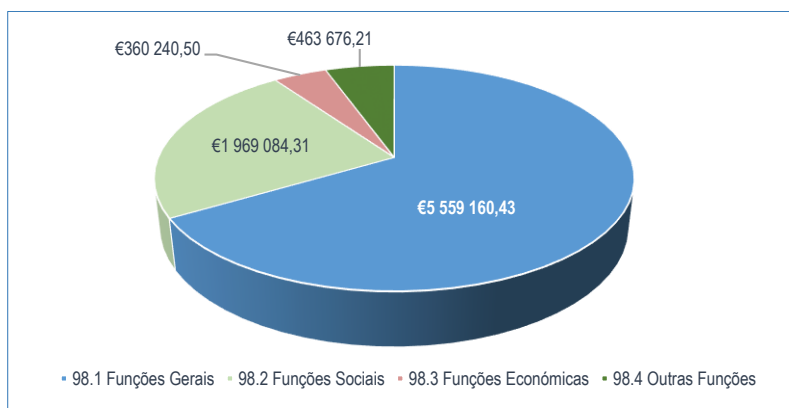


Gráfico 48 – Custos por Função

Santa Marta de Penaguião, 10 de Abril de 2017

O Presidente da Câmara,

(Luís Reguengo Machado, Dr.)